



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2026/04/28

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural Solar dos Condes, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

A Mesa ficou assim constituída: -----

PRESIDENTE: José Carlos Taveira; -----

1.º SECRETÁRIO: Manuel Luís Pinto Castanheira; -----

2.ª SECRETÁRIA: Maria de Lourdes de Freitas.-----

PRESENÇAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Ramiro António Lopes Gomes, João Carlos Forte dos Santos, João Carlos Barreira Vila, Cláudia Marlene Mesquita Gonçalves, Lília Andreia de Sá Afonso em representação de Franclim do Nascimento Serafim, Marcos Miguel Ventura Pimentel, Célio Miguel de Jesus Gonçalves, Carlos Diniz Mateus Fornos, Sónia de Fátima da Graça Afonso, Miguel António Fernandes, André Maximino Fernandes Malheiro, Fernando Jorge Diegues Magalhães, António Abílio Ferreira Barreira, Sílvio António Costa da Silva, Fernando Manuel Veiga Morais, José Romeu Vila Diegues, Eduardo André Martins Gonçalves, Zélia de Fátima Libório Pires Diegues e David Michel Pires Rodrigues.-----

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA, ELEITOS PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES.-----

Jorge Paulo Gomes da Silva, António Jorge Morais Fernandes, José Gonçalves Afonso, Maria Alice Vieira da Silva, Ricardo Miguel Gonçalves Libório e Tiago André Pires da Cruz Morais.-

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, ELEITO PELA AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS:-----

Carlos Manuel Reis. -----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Francisco José Nunes Cunha, Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida, Júlia dos Anjos Lousada Ferreira Beato, Salvador dos Santos Marques, Inácio Lourenço Fernandes em substituição de José Paulino Castanheira, José Carlos Claro em substituição de José Humberto Martins, Helena Isabel Martins Barreira, António Vicente Morais, Mariana Bernardes dos Ramos em substituição de Helena Isabel Ventura Pimentel, Gabriel Fernandes Augusto, Luís António Bebião Pires e Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado. -----

MEMBROS ELEITOS PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES “PELA NOSSA TERRA”: -----

Francisco José Rio do Sacramento, Ricardo Alexandre Fernandes Ferreira, Daniela Sofia Gonçalves Gomes, Augusto António Martins Ferreira, Sandra Edite Jorge Vaz e Lúcia Cristina Fernandes Rocha. -----

MEMBROS ELEITOS PELA AD - COLIGAÇÃO PSD/CDS: -----

Carlos Daniel Fernandes da Silva, Isabel Teixeira Morgado, Maria do Amparo Gonçalves e Maria Luísa Pires dos Santos Pinto em substituição de Maria Isabel da Silva Afonso. -----

AUSENTES:-----

Leonardo Alexandre Rocha Queijo em substituição de Isabel Patrícia Martins Fernandes e João Pedro Zambujo Pereira em substituição de Maria de Fátima Fernandes Teixeira Rodrigues Vivian. -----

Verificada a existência de quórum, deu-se início à sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: --

- 1 – Período de Antes da Ordem do Dia.**-----
- 2 – Ordem do Dia:**-----
- 2.1 – Ata da reunião anterior;**-----
- 2.2 – Leitura resumida do expediente;**-----
- 2.3 – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;-**
- 2.4 – Período de intervenções;**-----
- 2.5 - Prestação de Contas e Relatório de Gestão – Ano de dois mil e vinte e cinco: -----**
- 2.5.1 - Município de Vinhais; -----**
- 2.5.2 - Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM; -----**
- 2.5.3 - Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM. SA. -----**
- 2.6 - 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal.**-----
- 2.7 – Proruris - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM. ---**
Nomeação do Revisor Oficial de Contas.-----
- 2.8 – Município de Vinhais - Nomeação do Auditor Externo e Revisão Legal de Contas.----**
- 2.9 – Concessão do Direito de Exploração do Quiosque da Praça do Município de Vinhais:**
- 2.9.1 – Autorizar a concessão e aprovar as peças do procedimento.**-----
- 2.10 – Apoios:**-----
- 2.10.1 - Juntas e Uniãos de Freguesia do Concelho de Vinhais;**-----
- 2.10.2 – União das Freguesias de Moimenta e Montouto.**-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes, dirigindo uma saudação especial aos Senhores Deputados que, pela primeira vez, integram a Assembleia Municipal, ainda que em regime de substituição de membros efetivos. --

Em seguida, relativamente ao ponto em apreciação da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir, tendo-se inscrito para o efeito os seguintes membros: -----

- Maria de Lourdes de Freitas; -----
- Miguel António Fernandes; -----
- Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida; -----
- Carlos Daniel Fernandes da Silva; -----
- Maria Alice Vieira da Silva; -----
- Lília Andreia de Sá Afonso; -----

- Salvador dos Santos Marques; -----
- Maria do Amparo Gonçalves; -----
- Francisco José Rio do Sacramento. -----
- Mariana Bernardes dos Ramos; -----
- Júlia dos Anjos Lousada Ferreira Beato; -----
- Marcos Miguel Ventura Pimentel. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos Senhores Deputados inscritos, pela ordem de inscrição, para as respetivas intervenções. -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Maria de Lourdes de Freitas, leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“O Nome das Coisas” de Sophia de Mello Breyner Andresen -----

Esta é a madrugada que eu esperava...O dia inicial — inteiro... e limpo.-----

Onde emergimos da noite e do silêncio... -----

E livres... habitamos a substância do tempo. -----

O nome das coisas — é o seu próprio nome. -----

E a verdade — não precisa de disfarce. -----

Porque Abril nos ensinou que a palavra pode ser clara... -----

E o futuro — pode ser justo.-----

E por isso, nesta Assembleia Municipal de Vinhais,-----

Terra de memória, de resistência e de futuro,-----

Lembramos Abril — não como memória distante,-----

Mas como compromisso presente. -----

Dar nome às coisas... é não esquecer.-----

É servir Vinhais com verdade,-----

É honrar a liberdade conquistada...-----

E cuidar dela — todos os dias. -----

Viva Abril.-----

Viva a Liberdade.”-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Miguel António Fernandes, leu uma intervenção, seguida de uma nota de pesar, do seguinte teor: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhora e Senhor Secretários, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Senhora e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Caros Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----

Estimado público, -----

Na última sessão desta Assembleia tive oportunidade de trazer a este plenário uma moção sobre a marcação vertical e longitudinal da Estrada Nacional 103, sobre a qual expressámos claramente a nossa posição. -----

Hoje, registo com satisfação a evolução daquela que durante muito tempo foi uma segunda fase envolta em dúvidas — a variante de Vila Verde, com os seus viadutos. -----

Recentemente, em Vinhais, mais precisamente no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Presidente da Infraestruturas de Portugal, Miguel Cruz, e o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, apresentaram o projeto e procederam ao lançamento do concurso para esta intervenção — uma sessão que demonstra bem a importância atribuída pelo Governo a esta obra. -----

E importa também dizê-lo com clareza: hoje, e por muito que isso possa custar a alguns, muitos dos que aqui estamos — e dos que nos estão a ouvir lá em casa — começam finalmente a acreditar que esta obra vai mesmo sair do papel. -----

Pelo menos, ouvimos da boca do Senhor Ministro que tudo fará para que esta seja uma realidade — e essa é uma afirmação que não pode cair no vazio. -----

Prova disso é, desde logo, o lançamento do concurso agora apresentado, que representa um passo concreto, objetivo e mensurável no caminho da concretização desta obra. -----

Porque aquilo que as populações esperam dos políticos não são apenas palavras — pois dessas já ouvimos há cerca de 20 anos —, são atos: como o da beneficiação já concluída e, agora, o procedimento lançado para a execução desta segunda fase.-----

Uma obra há muito reivindicada pelas gentes do concelho de Vinhais, fundamental para a segurança rodoviária, para a melhoria das condições de circulação e para a qualidade de vida da população local. -----

Estamos, aliás, a falar de uma intervenção com uma dotação orçamental superior a 80 milhões de euros para cerca de 4 quilómetros de estrada — um investimento de grande dimensão, que exige de todos nós um acompanhamento atento e responsável.-----

Mas esta obra tem também um impacto que vai muito além da própria via.-----

Ela representa uma melhoria concreta na ligação à capital de distrito, aproximando o nosso concelho do hospital distrital e de serviços de saúde essenciais, particularmente importantes para uma população mais envelhecida.-----

Ao mesmo tempo, reforça a ligação a uma unidade de ensino superior, o Instituto Politécnico de Bragança, reconhecido como um dos melhores institutos do país, criando melhores condições para os nossos jovens no acesso à formação e contribuindo para fixar população e gerar oportunidades.-----

Estamos, portanto, a falar de uma intervenção com um forte impacto social, que promove maior igualdade no acesso a serviços públicos e ajuda a combater o isolamento do interior.-----

Mas há um aspeto que importa aqui sublinhar de forma muito clara: esta obra não surge por acaso.-----

Ela é o resultado direto de um trabalho político consistente, de um empenho contínuo e de uma capacidade de insistência do Município de Vinhais, na pessoa do Senhor Presidente, junto do poder central ao longo dos últimos anos — como, aliás, foi reconhecido pelo próprio Senhor Ministro.-----

Foi preciso colocar este tema na agenda, foi preciso não deixar cair esta reivindicação, foi preciso, acima de tudo, ter determinação para defender os interesses do concelho. -----

O Município soube afirmar-se com responsabilidade e firmeza, garantindo que esta necessidade — sentida há décadas pelas populações e anunciada inúmeras vezes pelos agentes políticos — fosse finalmente reconhecida e transformada em decisão e em investimento.-----

Naturalmente, importa agora manter o mesmo nível de exigência, acompanhando este processo para garantir que não haja atrasos e que a obra avance rapidamente para o terreno.-----

Estamos perante uma intervenção decisiva, que vem resolver um dos principais constrangimentos da EN103 no nosso concelho e completar aquilo que já foi feito.-----

Peço aqui ao Senhor Presidente que continue a pressionar o Governo para que este processo siga o seu caminho, sem recuos, sem atrasos e com a concretização efetiva da obra que tanto é devida ao nosso concelho.-----

Disse.” -----

“Voto de Pesar -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Senhora e Senhor Secretária,-----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Senhora e senhores Vereadores-----

Senhoras e Senhores Deputados,-----

Caros Presidente de Junta e uniões de Freguesia,-----

Estimado público-----

No passado dia 19 de abril, despedimo-nos de **Elísia Augusta**, com 95 anos de idade.-----

Há pessoas que não ocupam cargos, mas que marcam decisivamente o rumo de um território. Elísia Augusta foi uma dessas pessoas.-----

Falamos de uma mulher que dedicou uma vida inteira àquilo que hoje afirmamos, com orgulho, como uma das maiores marcas identitárias do concelho de Vinhais: o fumeiro. Não por discurso, mas por trabalho. Não por estratégia, mas por convicção.-----

Enquanto produtora, foi exemplo de autenticidade, de exigência e de respeito pelas práticas tradicionais. O seu saber não vinha dos livros, vinha da experiência, da terra e de uma ligação profunda às nossas raízes. E é precisamente esse saber que sustenta a credibilidade daquilo que hoje promovemos.-----

Mas há um ponto que importa sublinhar com clareza política: o seu contributo para a valorização e preservação do **porco bísaro**. Numa altura em que muito se fala de sustentabilidade, de produtos endógenos e de valorização do território, Elísia Augusta já o fazia há décadas. Foi agente ativa na defesa de uma raça autóctone que hoje é base de um produto de excelência e de uma fileira com impacto económico real no concelho.-----

A sua presença assídua na Feira do Fumeiro de Vinhais não foi apenas simbólica — foi estrutural. Foi gente como ela que construiu, edição após edição, o prestígio que hoje todos reivindicamos. E é por isso que este momento não pode ser apenas de pesar. Tem de ser também de reconhecimento político. Porque quando falamos de desenvolvimento local, de identidade e de coesão territorial, estamos, na prática, a falar de pessoas como Elísia Augusta.-----

O melhor tributo que lhe podemos prestar não é apenas recordar o seu percurso é continuar a valorizar aquilo que ela sempre defendeu: a autenticidade, a produção local e a dignidade de quem trabalha a terra.-----

Assim, e por tudo isto,-----

Proponho que esta Assembleia Municipal delibere:-----

- Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de **Elísia Augusta**; -----
- Endereçar à sua família as mais sentidas condolências; -----
- E guardar um minuto de silêncio em sua memória.” -----

Disse...” -----

“Minuto de silêncio” -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Miguel Ângelo Carvalho Gomes de Almeida, que leu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União de Freguesias, -----
Caros Vinhaenses, -----
Celebramos hoje, nesta Assembleia Municipal, o 25 de Abril — não apenas como uma data no calendário, mas como um dos momentos mais transformadores da nossa história coletiva. -----
Nesse dia, Portugal reencontrou-se consigo próprio. Derrubou-se uma ditadura e abriu-se caminho à liberdade, à democracia e, acima de tudo, à dignidade humana.-----
O 25 de Abril devolveu-nos direitos fundamentais que hoje, tantas vezes, tomamos por adquiridos: a liberdade de expressão, o direito ao voto, a possibilidade de discordar sem medo, de participar ativamente na vida pública e de representar legitimamente as populações.-----
É também esse o sentido de estarmos aqui: cumprir o mandato que nos foi confiado pelos vinhaenses e dar concretização a um projeto que mereceu a sua confiança.-----
Numa democracia plural, existem naturalmente diferentes visões e diferentes propostas. Essa diversidade não é um problema — é uma riqueza. É uma das maiores conquistas de Abril.-----
Mas importa afirmar, com clareza, que não devemos confundir divergência política com ausência de diálogo, nem oposição de ideias com falta de abertura. A democracia constrói-se precisamente neste equilíbrio: no respeito institucional, na capacidade de ouvir e também na responsabilidade de decidir e de cumprir o rumo escolhido pelos cidadãos.-----
Abril trouxe também avanços sociais profundos — no acesso à educação, à saúde, ao trabalho digno — e lançou as bases de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais inclusiva.-----
Mas celebrar Abril não pode ser apenas um exercício de memória. Não pode ser uma evocação distante ou meramente simbólica. Abril não é passado — é presente e é responsabilidade.-----
E essa responsabilidade exige vigilância.-----
Hoje, a democracia enfrenta desafios exigentes. Vivemos num tempo em que a desinformação se propaga com rapidez, onde se multiplicam narrativas simplistas, distorcidas ou mesmo falsas, que fragilizam a confiança nas instituições e empobrecem o debate público.-----
Perante isto, devemos ser claros: não podemos aceitar discursos que procuram desvalorizar a democracia ou fazer crer que hoje estamos pior do que antes de Abril.-----
Essa ideia não corresponde à realidade.-----
Portugal é hoje um país mais livre, mais desenvolvido e com mais oportunidades. Reconhecer os desafios que persistem é um dever — mas negar o caminho que foi feito é desrespeitar a história e aqueles que lutaram pela liberdade.-----
Honrar o 25 de Abril é, por isso, afirmar com responsabilidade aquilo que conquistámos, mas também reconhecer que há ainda muito por fazer.-----
A liberdade só é plena quando acompanhada de justiça social.-----
A democracia só é sólida quando todos se sentem representados.-----

E a dignidade só é verdadeira quando não deixa ninguém para trás.-----
Cabe-nos, por isso, não apenas celebrar Abril — mas continuar Abril. Nas decisões que tomamos,
nas políticas que defendemos e na forma como servimos as nossas populações.-----
Abril são cravos vermelhos — símbolos de liberdade, de esperança e de construção coletiva. Não
são símbolos de medo, nem de oportunismo, nem de distorção da sua memória.-----
Que este dia não se torne apenas uma evocação. Que seja, antes, um compromisso exigente com
a liberdade, com a verdade e com a democracia, para que possamos entregá-lo inteiro, e ainda
mais forte, às gerações seguintes.-----
Porque o 25 de Abril não terminou.-----
O 25 de Abril começa todos os dias.-----
Viva o 25 de Abril. -----
Viva a Democracia.-----
Viva Vinhais.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva, leu uma intervenção
do seguinte teor: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, -----
Senhores Presidentes de Junta, -----
Senhores Deputados Municipais, Colaboradores e público-----

1. Cumprimento das regras de convocatória-----

Para que fique devidamente registado, mas sobretudo para que não volte a suceder, a Bancada da
Coligação AD – PSD/CDS constata, com preocupação, que a convocatória para a presente sessão
da Assembleia Municipal não cumpre a legislação nem o Regulamento, designadamente no que
respeita ao prazo mínimo legal de cinco dias úteis.-----

Agravando esta situação, a convocatória encontra-se datada de 17 de abril de 2026, quando o seu
envio apenas ocorreu no dia 21 de abril de 2026, a meio da tarde, facto que traduz uma
menorização do papel institucional dos Deputados Municipais e um desrespeito pelo regular
funcionamento deste órgão deliberativo. Esta prática deve ser corrigida com urgência e
definitivamente.-----

2. Solidariedade com as populações afetadas-----

Deixamos, desde já, uma palavra de solidariedade às populações da Mofreita e de Fresulfe, que
sofreram prejuízos significativos em consequência do fenómeno de vento extremo que atingiu
aquelas localidades. A nossa bancada está a acompanhar de perto as possibilidades de

enquadramento em mecanismos de apoio, para que essas populações possam ser devidamente ajudadas.-----

3. Nota de pesar-----

Queremos ainda lamentar profundamente o falecimento da Senhora Dona Elísia Augusta, a produtora de fumeiro mais antiga de Vinhais ainda em atividade. Endereçamos à família as mais sentidas condolências, reconhecendo o contributo ímpar que deu ao saber-fazer, ao desenvolvimento local e à promoção do Fumeiro de Vinhais, símbolo maior do nosso concelho.

4. Reconhecimentos institucionais-----

Saudamos e felicitamos a União das Freguesias de Moimenta e Montouto, bem como todas as associações, organizações e cidadãos envolvidos, pela realização da Feira Franca da Moimenta, no passado fim-de-semana, evento que voltou a afirmar a dinâmica, a dedicação e a capacidade organizativa da comunidade.-----

Registamos igualmente, com satisfação, a presença no concelho do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Dr. Miguel Pinto Luz, aquando do lançamento da 2.^a fase da EN103, honrando compromissos assumidos e demonstrando atenção do Governo às legítimas aspirações de Vinhais.-----

5. Questões ao executivo municipal-----

Entrando agora numa dimensão mais política, e estando já decorrido cerca de um terço do ano, importa colocar questões que continuam sem resposta clara por parte do executivo municipal:--

- Por que razão continuam por preencher os lugares de chefia no Município?-----
- Estamos perante falta de planeamento ou excesso de compromissos políticos?-----
- Qual o motivo da demora na publicação dos resultados do concurso para Assistente Operacional Auxiliar de Ação Educativa?-----

– Onde estão os esclarecimentos e documentos solicitados em sessões anteriores, alguns deles inclusive requeridos pela bancada do Partido Socialista, nomeadamente a relação dos custos com processos judiciais em que o Município ou as empresas municipais tenham estado envolvidos?

O silêncio do executivo não é uma mera falta de cortesia política: configura uma violação do dever legal de prestar informação aos Deputados Municipais, direito reforçado que decorre diretamente do exercício do mandato.-----

Nesse sentido, solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que assegure o exercício efetivo desses direitos, instando formalmente o Senhor Presidente da Câmara a prestar a informação e a disponibilizar a documentação solicitada e já constante das atas das sessões anteriores. Ter de recorrer à CCDDR-Norte, à DGAL, ou, em último caso, aos tribunais

administrativos ou ao Tribunal de Contas, por recusa reiterada ou injustificada, seria particularmente embaraçoso em pleno cinquentenário do Poder Local Democrático.-----

6. 50 anos do Poder Local Democrático-----

Há cinquenta e dois anos, em Abril de 1974, Portugal reencontrou a liberdade.-----

Uma liberdade conquistada sem ódio, sem vingança, mas com coragem, esperança e sentido de futuro. Abril devolveu aos portugueses direitos fundamentais, a palavra, o voto, a participação cívica e abriu caminho à construção de uma democracia plural, baseada no respeito, na dignidade e na responsabilidade coletiva.-----

Mas Abril não ficou completo nesse dia.-----

Foi em 1976, com a realização das primeiras eleições autárquicas livres, que a democracia desceu verdadeiramente ao território, às aldeias, às vilas e às cidades. Foi aí que nasceu o Poder Local Democrático, uma das maiores e mais duradouras conquistas de Abril.-----

Em Vinhais, como em todo o país, esse momento histórico teve um significado profundo. Pela primeira vez, os cidadãos puderam escolher livremente quem os representaria na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Juntas de Freguesia. A decisão deixou de ser distante e centralizada e passou a ser tomada aqui, perto das pessoas, conhecendo os problemas reais e as aspirações concretas da nossa terra.-----

Ao longo destes 50 anos de Poder Local Democrático, Vinhais transformou-se profundamente. Com poucos recursos, sobretudo nos primeiros mandatos, mas com enorme empenho, visão e dedicação, foram lançadas bases essenciais:-----

- no abastecimento de água e saneamento,-----
- nas acessibilidades,-----
- nos equipamentos públicos,-----
- no apoio às freguesias,-----
- na valorização da identidade cultural e do mundo rural.-----

Nada disto aconteceu por acaso.-----

Foi obra de homens e mulheres que aceitaram servir, muitas vezes em condições difíceis, quase sempre com sacrifício pessoal e familiar, acreditando que a política local é, acima de tudo, um exercício de proximidade, responsabilidade e serviço público.-----

É também dever da Assembleia Municipal recordar e homenagear aqueles que já partiram, mas que deixaram marca indelével na vida autárquica do concelho de Vinhais.-----

Antigos presidentes de câmara, vereadores, deputados municipais, presidentes e membros de juntas de freguesia que, independentemente das cores políticas, contribuíram para construir o Vinhais de hoje.-----

Evocamos essas mulheres e esses homens com respeito, gratidão e sentido de justiça histórica. A democracia local faz-se de continuidade, de memória e de reconhecimento. O poder local não começou connosco, nem terminará connosco. Cada geração recebe um legado e tem a obrigação de o melhorar.-----

Celebrar os 50 anos do Poder Local Democrático não é apenas olhar para o passado. É também refletir sobre o futuro: sobre o desafio demográfico, sobre a coesão territorial, sobre a necessidade de fixar jovens, criar oportunidades, valorizar o interior e garantir igualdade de acesso aos serviços públicos.-----

O Poder Local continuará a ser decisivo para enfrentar esses desafios, desde que assente nos valores que Abril nos deixou: liberdade, participação, pluralismo, transparência e responsabilidade.-----

Neste momento simbólico, reafirmamos um compromisso simples, mas exigente: honrar Abril todos os dias, através do trabalho sério, do respeito institucional, do diálogo democrático e da defesa intransigente do interesse público.-----

A melhor homenagem que podemos prestar aos autarcas que nos precederam e às conquistas de Abril é continuar a servir Vinhais com dedicação, humildade e sentido de futuro.-----

Viva o Poder Local Democrático.-----

Viva Vinhais.” -----

De seguida solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Alice Vieira da Silva que iniciou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que, no dia 7 de abril, cerca das 16h30, ocorreu um tornado que afetou as aldeias da freguesia que representa, designadamente Fresulfe e Mofreita, provocando danos significativos. -----

Nesse sentido, expressou o seu agradecimento a todas as entidades que estiveram presentes desde o primeiro momento, nomeadamente à Proteção Civil, aos Bombeiros Voluntários, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Proruris, pelo apoio prestado às populações afetadas. Agradeceu igualmente a todas as pessoas que a contactaram, por telefone ou através de mensagens, manifestando solidariedade e apoio. -----

Salientou que se tratou de uma situação atípica, referindo que, quando foi informada da ocorrência, se encontrava em Bragança, onde as condições meteorológicas eram normais. Acrescentou que, ao chegar à Mofreita e viu os estragos causados, é que se apercebeu da dimensão do fenómeno, o qual, segundo relatos da população, terá ocorrido em apenas três a quatro segundos, tempo suficiente para provocar os danos registados. -----

Informou ainda que a Câmara Municipal de Vinhais, através do Senhor Presidente, reuniu com a população afetada e prontificou-se a prestar apoio imediato, nomeadamente através da disponibilização de materiais e de outros meios necessários para minimizar os prejuízos sofridos.

Por fim, apelou a uma maior atenção por parte da Administração Central às populações do interior do país, considerando que estas não devem ser lembradas apenas em períodos eleitorais ou em eventos de maior projeção mediática. -----

Destacou o papel da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no apoio prestado às populações afetadas, defendendo que seria importante existir igualmente um maior envolvimento e apoio por parte do poder central. -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Lília Andreia de Sá Afonso, leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa da Assembleia. ---
Senhoras e Senhores Deputados,-----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia -----
Caros Vinhaenses. -----

Falar de associativismo jovem é falar de futuro — mas é, sobretudo, falar de presente ativo, participado e comprometido com as nossas comunidades. -----

Num território como Vinhais, marcado por desafios demográficos e pela distância dos grandes centros, o papel dos jovens organizados em associações ganha uma relevância ainda maior. O associativismo jovem não é apenas um espaço de convívio; é uma verdadeira escola de cidadania, de responsabilidade e de intervenção cívica.-----

É através destas estruturas que muitos jovens dão os primeiros passos na participação pública, desenvolvem competências, criam projetos e, acima de tudo, contribuem para dinamizar a vida social, cultural e comunitária do concelho.-----

Neste contexto, é justo destacar o trabalho desenvolvido pela Associação de Jovens de Vinhais e pela Associação de Jovens Rebordelenses. Estas associações têm sido exemplos claros de como a iniciativa, a criatividade e o espírito de missão podem fazer a diferença.-----

Estas Associações, têm promovido atividades culturais, desportivas e recreativas, aproximando gerações, combatendo o isolamento e criando oportunidades de envolvimento para a população local. Mais do que eventos, criam laços. Mais do que momentos, constroem comunidade.-----

Estas associações representam uma força viva de coesão social. São espaços onde se aprende a trabalhar em equipa, a liderar, a ouvir e a construir soluções. São também um sinal claro de que

os jovens não estão desligados — pelo contrário, estão profundamente comprometidos com o território onde vivem.-----

Num tempo em que tantas vezes se fala do afastamento dos jovens da vida pública, exemplos como estes mostram exatamente o contrário: quando lhes são dadas condições, confiança e espaço, os jovens respondem com participação, com energia e com sentido de responsabilidade. Por isso, o apoio do município ao associativismo jovem não é apenas uma opção — é um investimento estratégico no desenvolvimento local. É garantir que há continuidade, inovação e esperança nas nossas comunidades.-----

Cabe-nos, enquanto representantes públicos e cidadãos, reconhecer, valorizar e apoiar este trabalho. Criar condições para que estas associações cresçam, se fortaleçam e continuem a ser motores de dinamização social.-----

Porque uma comunidade mais forte faz-se com jovens envolvidos, ativos e comprometidos.----

E em Vinhais, felizmente, temos exemplos claros de que esse caminho está a ser trilhado.”-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Salvador dos Santos Marques leu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhora e Senhor Secretários, -----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Senhora e Senhores Vereadores,-----

Senhoras e Senhores Deputados,-----

Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,-----

Caro público,-----

Num contexto internacional particularmente exigente, marcado por conflitos que têm vindo a provocar uma subida acentuada do preço dos combustíveis e, conseqüentemente, um aumento generalizado dos custos de produção, os nossos agricultores e produtores de gado enfrentam hoje dificuldades acrescidas que não podem ser ignoradas. -----

O concelho de Vinhais, cuja base económica assenta fortemente na agricultura e na pecuária, não pode nem deve ficar indiferente a esta realidade. -----

Os nossos produtores vivem sob uma pressão crescente: aumento dos custos, ameaças sérias decorrentes de doenças nos animais e de pragas nas culturas, colocando em causa algumas das principais fontes de rendimento das nossas gentes.-----

Senhor Presidente tive conhecimento de que no concelho de Bragança já estão definidas o número de largadas do parasitoide para combate à vespa da galha do castanheiro. Importa, por isso, perceber com clareza: -----

O que está, de facto, a ser feito em Vinhais? -----

Existe um plano definido para este problema, que permita agir com a necessária antecipação? --

Mas a questão é mais ampla. -----

Relativamente à agricultura e pecuária, setor absolutamente estruturante para o nosso concelho,

que apoios concretos está o executivo a pensar implementar, complementando os que já existem no terreno? -----

Não falo de intenções nem de anúncios — falo de medidas que façam diferença no dia-a-dia dos produtores, que reduzam custos e reforcem a sustentabilidade das explorações. -----

No que diz respeito aos circuitos curtos de comercialização, uma dificuldade há muito identificada, **que soluções estão a ser equacionadas para permitir aos pequenos produtores vender com dignidade e valorizar aquilo que produzem?** -----

E relativamente à castanha — e, em particular, à castanha Longal, que tanto nos distingue de outros territórios e que já foi reconhecida pela sua excelência — **que estratégia está a ser pensada para a sua valorização e promoção?** -----

Senhor Presidente, o que os nossos agricultores e produtores esperam não são apenas palavras de circunstância — são respostas, são medidas, é ação no terreno. -----

E aquilo que esta Assembleia tem o dever de exigir é precisamente isso: **Clareza, compromisso e resultados.**-----

Ficamos, por isso, a aguardar respostas objetivas e, sobretudo, a confirmação de que o executivo está, de facto, a acompanhar e a agir nestas áreas com a prioridade que elas exigem. -----

Muito obrigado.” -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Maria do Amparo Gonçalves, a mesma cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e o público presente. -----

Iniciou a sua intervenção abordando a situação de destruição de bermas em diversas vias do concelho por parte de proprietários de terrenos confinantes. Referiu, em particular, a estrada entre Eiras Maiores e Brito de Baixo, bem como outras vias que possam encontrar-se em situação semelhante no território do concelho. -----

Manifestou preocupação com estas ocorrências, considerando que colocam em causa a segurança rodoviária e prejudicam o património público. -----

Salientou ainda que, em aldeias de pequena dimensão, como Eiras Maiores, nem sempre é fácil obter intervenções de requalificação das vias, razão pela qual defendeu a necessidade de

preservar as estradas que se encontram em bom estado de conservação. -----

Nesse sentido, solicitou que a Câmara Municipal proceda à reposição das bermas danificadas e adote uma postura mais firme ao nível da fiscalização e da responsabilização dos infratores, de forma a prevenir situações semelhantes no futuro. -----

Num segundo ponto da sua intervenção, referiu-se ao mandato para o qual foi eleita, defendendo que os trabalhos da Assembleia Municipal devem centrar-se nas matérias relacionadas com o desenvolvimento do concelho e com o exercício das competências dos órgãos autárquicos. -----

Considerou que as intervenções devem privilegiar o debate construtivo e a apresentação de propostas que contribuam para o progresso do município, evitando discursos de natureza político-partidária, ataques pessoais ou referências a opções legítimas de voto dos cidadãos. -----

Concluiu apelando a que os trabalhos da Assembleia decorram num espírito de respeito institucional e de cooperação, focados na valorização e desenvolvimento do concelho de Vinhais, desejando uma boa continuação dos trabalhos a todos os presentes. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento, o qual iniciou por cumprimentar o Senhor Presidente da mesa da Assembleia e seus secretários, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de freguesia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores e o público em geral. -----

O Senhor deputado começou por referir que, por intervir em último lugar, grande parte dos assuntos já tinham sido abordados, pelo que procuraria não repetir intervenções anteriores, mas sim apresentar perspetivas complementares. -----

Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento da Senhora D. Elísia e subscreveu as palavras proferidas sobre o 25 de Abril, salientando, contudo, que os princípios democráticos devem ser acompanhados de práticas coerentes, afirmando que não bastam palavras, sendo essencial a sua concretização através de atos. -----

De seguida, referiu a existência de um lapso no cumprimento do prazo previsto no artigo 22.º, n.º 1 do Regimento da Assembleia Municipal, relativo à antecedência mínima de oito dias para envio da convocatória. Embora tenha considerado que a situação não é de elevada gravidade, alertou para o facto de tal irregularidade poder, em abstrato, comprometer a validade das deliberações tomadas. -----

Acrescentou que, no presente caso, não iria suscitar qualquer pedido de anulabilidade, por se tratar de uma situação pontual, advertindo, contudo, para a necessidade de cumprimento rigoroso

dos prazos no futuro. -----

Relativamente à atividade do Município, o Senhor Deputado dirigiu críticas ao Senhor Presidente da Câmara, referindo a alegada falta de resposta a requerimentos apresentados por munícipes e por profissionais, mencionando um caso concreto relativo a um pedido de consulta de um processo de licenciamento, o qual, segundo afirmou, não teria obtido resposta dentro de um prazo razoável. Considerou que tal situação prejudica a atividade dos cidadãos e da economia local, defendendo a obrigação de resposta, ainda que negativa, por parte da Câmara Municipal. -----

No mesmo contexto, abordou a questão das pré-reformas, referindo a existência de um regulamento municipal publicado no Diário da República, que se encontra atualmente em vigor. Contudo, afirmou que vários trabalhadores terão apresentado requerimentos no âmbito desse regulamento sem que, tenham obtido resposta dentro do prazo previsto. -----

Acrescentou que o referido regulamento criou legítimas expectativas nos trabalhadores interessados em aderir ao regime de pré-reforma, expectativas essas que, até ao momento, se revelaram defraudadas. Referiu que não foi comunicada qualquer decisão aos requerentes, nem apresentada qualquer contraproposta por parte da Câmara Municipal, apesar de já ter decorrido o prazo previsto para o efeito. -----

Salientou ainda que alguns desses trabalhadores se encontram atualmente de baixa médica e a aguardar uma decisão, considerando que a situação de indefinição gerada não é compatível com os princípios da boa administração e com o cumprimento do próprio Regulamento Municipal. --

Acrescentou ainda que a falta de resposta corresponde, na prática, a uma rejeição tácita, dado que o Regulamento prevê que seja proferida uma decisão no prazo de 30 dias úteis, sob pena de se considerar a mesma como não aceite. -----

Nesse sentido, defendeu que a Câmara Municipal deveria assumir de forma clara e transparente as suas decisões, evitando situações de indefinição que afetam os trabalhadores. -----

Referiu ainda o concurso para três assistentes operacionais, iniciado em fevereiro de 2025, salientando a sua demora e a falta de conclusão do procedimento, o que, no seu entender, não é aceitável, por manter em suspensão a situação jurídica dos candidatos. -----

Posteriormente, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre os pagamentos efetuados no âmbito do processo judicial intentado pelo Senhor Engenheiro Carlos Silva, solicitando informação detalhada sobre os montantes já pagos, designadamente o valor pago a título de indemnização, juros moratórios, custas judiciais e honorários de advogados. -----

Questionou ainda a existência de alegadas penhoras de contas bancárias da empresa municipal Proruris, bem como a gestão financeira associada ao referido processo. Referiu que, na sessão da Assembleia Municipal de dezembro, foi aprovada uma verba de aproximadamente €156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil euros), alegadamente destinada ao pagamento de valores devidos ao Engenheiro Carlos Silva, questionando, por isso, as razões pelas quais tal pagamento não terá sido efetuado. Defendeu, nesse contexto, a necessidade de total transparência e de adequada prestação de contas perante o órgão deliberativo. -----

O Senhor deputado disse ainda que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, deve ter conhecimento rigoroso da utilização dos recursos públicos, sublinhando a importância da transparência na gestão autárquica. -----

Por fim, abordou a situação de prejuízos ocorridos nas aldeias de Fresulfe e Mofreita, manifestando a sua preocupação com a resposta do Município às pessoas afetadas. Considerou que não basta a presença institucional, sendo necessárias medidas concretas de apoio. -----

Declarou, a título pessoal, a sua disponibilidade para contribuir financeiramente para apoiar as vítimas, apelando à solidariedade de todos. -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Mariana Bernardes dos Ramos, leu uma intervenção cujo teor é o seguinte: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhora e Senhores Vereadores,-----
Senhoras e Senhores Deputados,-----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,-----
Estimado Público,-----

O papel de uma Câmara Municipal mede-se, acima de tudo, pela sua capacidade de estar próxima das pessoas, de responder às suas necessidades e de contribuir para a construção de uma comunidade mais coesa, dinâmica e com futuro.-----

Nesse sentido, importa reconhecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município de Vinhais, com medidas concretas que fazem a diferença no dia a dia das famílias e no desenvolvimento do concelho.-----

Um exemplo claro dessa intervenção é o reforço do apoio à natalidade. A atribuição de 2500 euros por cada nascimento que é um aumento significativo face aos anteriores 1000 euros representa não apenas um incentivo às famílias, mas também uma aposta estratégica no futuro do território. Acresce ainda o facto de este apoio ser integralmente direcionado para o comércio local, criando um duplo impacto: apoia diretamente as famílias e simultaneamente dinamiza a

economia local, valorizando os nossos comerciantes e promovendo a circulação de riqueza dentro do concelho.-----

Mas a intervenção do Município não se esgota nas medidas económicas. Há uma clara aposta na cultura, na educação e na formação, como pilares essenciais de uma comunidade viva e participativa.-----

A Escola Municipal de Teatro e a Escola Municipal de Música são disso exemplos marcantes. Mais do que espaços de aprendizagem artística, são verdadeiros polos de encontro, de criatividade e de inclusão. Através destas estruturas, crianças, jovens e adultos têm a oportunidade de desenvolver talentos, ganhar confiança e participar ativamente na vida cultural do concelho.-----

Importa também destacar o carácter intergeracional destas iniciativas. Num território como o nosso, onde a ligação entre gerações é fundamental, estas atividades promovem o encontro, a partilha de experiências e o fortalecimento dos laços comunitários. Jovens e seniores encontram-se, aprendem uns com os outros e constroem, juntos, uma identidade coletiva mais rica.-----

Essa ligação à comunidade torna-se particularmente visível em momentos simbólicos, como as comemorações do 25 de Abril. A participação ativa das escolas municipais nestas celebrações demonstra como a cultura pode ser um veículo de memória, de cidadania e de envolvimento cívico, aproximando as pessoas dos valores que definem a nossa democracia.-----

Tudo isto reflete uma visão de desenvolvimento que vai além das infraestruturas: uma visão centrada nas pessoas, na valorização do território e na criação de oportunidades para todos.-----

Naturalmente, há sempre caminho a percorrer. Mas é justo reconhecer o trabalho feito e a importância de continuar a investir em políticas que reforcem a coesão social, promovam a participação e garantam um futuro mais sustentável para Vinhais.-----

Porque é através de medidas concretas, mas também de uma presença ativa na vida da comunidade, que se constrói um concelho mais forte, mais unido e mais preparado para os desafios do futuro.-----

Muito obrigado.” -----

Concedida a palavra à Senhora Deputada Júlia dos Anjos Lousada Ferreira Beato leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhoras e Senhores Vereadores,-----

Senhoras e Senhores Deputados,-----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,-----

Estimado Público,-----

A minha intervenção tem como objetivo felicitar o Município de Vinhais, na pessoa do seu Presidente, Luís Fernandes, pelo ato de coragem na continuidade do projeto “Salvar Vidas”.----

Tive a oportunidade de testemunhar in loco esta realidade e considero importante deixar aqui este registo. O Município de Vinhais tem vindo a desenvolver um projeto de enorme relevância social, cujo principal objetivo é salvar vidas e melhorar a qualidade de vida dos vinhaenses. Esta iniciativa nasce da consciência de que a doença oncológica exige não apenas tratamento médico, mas também acompanhamento próximo, apoio logístico e sensibilidade social. Nesse sentido, a autarquia assumiu a responsabilidade de garantir o transporte regular dos munícipes diagnosticados com cancro para o Instituto Português de Oncologia, ao longo de toda a semana. Num território marcado pela interioridade, pelo envelhecimento da população e pela distância face aos grandes centros hospitalares, este projeto representa muito mais do que um simples serviço de transporte. Para muitos doentes e respetivas famílias, constitui uma verdadeira rede de suporte. Sem este apoio, seria extremamente difícil assegurar a continuidade de tratamentos como quimioterapia, radioterapia, cirurgias ou consultas de acompanhamento, podendo, em alguns casos, comprometer o próprio prognóstico. Ao implementar esta resposta, o município demonstra um compromisso claro com o bem-estar da sua população. Não se trata apenas de mobilidade, mas de garantir dignidade, proximidade e tranquilidade a quem atravessa momentos particularmente exigentes. Cada deslocação ao Instituto Português de Oncologia é carregada de ansiedade, mas saber que existe um serviço estruturado e humanizado faz toda a diferença. Por trás deste projeto está uma equipa dedicada que lhe dá vida diariamente. Os condutores assumem aqui um papel essencial, indo muito além da simples condução. As deslocações são longas, os horários exigentes e, muitas vezes, imprevisíveis. Ainda assim, estes profissionais revelam um elevado sentido de responsabilidade, mantendo sempre uma postura de grande profissionalismo e humanidade. O que verdadeiramente os distingue é a forma atenta e solidária com que acompanham cada utente. Confirmam consultas, auxiliam os doentes mais fragilizados nos percursos dentro das unidades de saúde e permanecem disponíveis ao longo de todo o processo. Para muitos, especialmente os mais idosos, este acompanhamento traduz-se em conforto, segurança e confiança. Deste contacto próximo nascem, frequentemente, laços humanos significativos. Num período de maior vulnerabilidade, a presença de alguém que demonstra empatia e cuidado tem um impacto emocional profundo. Assim, este projeto ultrapassa a sua dimensão logística, afirmando-se também como uma verdadeira rede de apoio humano. Importa ainda sublinhar o investimento financeiro associado a esta iniciativa. Para além dos custos permanentes com combustível, portagens e estacionamento, o município tem vindo a reforçar os

meios disponíveis, nomeadamente através da aquisição de uma nova viatura, garantindo melhores condições de conforto e segurança. -----

Num contexto de recursos limitados, sustentar um projeto desta natureza exige visão política, responsabilidade social e uma clara definição de prioridades. O Município de Vinhais continua, assim, a trabalhar para as pessoas. Mais do que uma expressão, trata-se de uma prática concreta que se reflete em medidas com impacto direto na vida da população. Este projeto é um exemplo claro de como a ação local pode traduzir-se em respostas reais e eficazes. Trabalhar pelas pessoas é, neste caso, não deixar ninguém para trás por falta de meios. É garantir que viver no interior não significa ter menos acesso a cuidados de saúde. É, acima de tudo, reconhecer que cada vida tem valor e merece ser protegida. O impacto desta iniciativa sente-se nas histórias silenciosas de quem dela beneficia, em cada viagem madrugadora, em cada gesto de apoio, em cada regresso a casa após um tratamento exigente. É aí que se constrói, diariamente, o verdadeiro sentido do serviço público.” -----

De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel, o qual iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e todos aqueles que acompanhavam os trabalhos à distância. -----

Referiu concordar com algumas das intervenções anteriormente proferidas, embora não com a sua totalidade, salientando que quem intervém em último lugar beneficia da circunstância de muitos dos assuntos já terem sido abordados. -----

Afirmou que nunca considerou como tempo perdido a participação nas sessões da Assembleia Municipal, por entender que é neste órgão que são debatidos os assuntos de interesse do concelho, onde se apresentam e contrapõem argumentos e onde é exercida a função fiscalizadora relativamente à atuação do Executivo Municipal. Considerou, por isso, que o tempo dedicado aos trabalhos da Assembleia Municipal reveste sempre utilidade e importância. -----

Na qualidade de Presidente de Junta, referiu que considera desejável que os problemas dos cidadãos sejam, em primeira instância, apresentados e analisados junto dos respetivos órgãos da freguesia, de modo a que possam ser resolvidos institucionalmente e em articulação com a Câmara Municipal, defendendo uma atuação assente na cooperação e no respeito pelas competências de cada entidade. -----

Relativamente aos constrangimentos de natureza informática que têm ocorrido nas sessões da Assembleia Municipal, reconheceu a sua existência, mas considerou que tais situações não

devem colocar em causa o profissionalismo dos trabalhadores responsáveis pela preparação das convocatórias e pelo envio da documentação. -----

Nesse sentido, sugeriu que, numa próxima sessão, a documentação pudesse voltar a ser remetida em suporte papel e com a antecedência necessária, evitando-se assim futuras dificuldades e dúvidas relacionadas com questões técnicas. -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação dos “Condomínios de Aldeia”, questionando quais os montantes envolvidos, a forma como os projetos estão a decorrer e se existem financiamentos ou verbas comunitárias associadas aos mesmos. -----

Questionou igualmente o estado de implementação do Programa “Aldeia Segura” no concelho, pretendendo saber de que forma está a ser executado, quais as medidas já concretizadas e se a sua aplicação acompanha a realidade observada noutros municípios do país. -----

Por último, referiu que, há cerca de nove anos, uma das preocupações frequentemente manifestadas pelos trabalhadores da autarquia se prendia com o estado de degradação do parque automóvel municipal. -----

Reconheceu, contudo, que tem observado uma renovação significativa dos meios disponíveis, designadamente através da aquisição de novas viaturas e equipamentos. -----

Mais disse ter conhecimento da existência de cerca de dezassete viaturas atualmente ao serviço, bem como de investimentos realizados em máquinas e equipamentos afetos aos armazéns municipais, solicitando informação adicional sobre o investimento efetuado nesta área. -----

Solicitou novamente a palavra o Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento, para prestar um esclarecimento relativamente à intervenção efetuada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo, Marcos Pimentel. -----

Referiu que a situação em causa não resultou de qualquer erro informático, esclarecendo que a convocatória da sessão foi expedida no dia 21, data em que a documentação se encontrava disponível. -----

Salientou que os trabalhadores municipais não eram responsáveis pela situação, considerando que cumpriram integralmente as suas funções, uma vez que não poderiam proceder ao envio da convocatória antes de disporem da documentação necessária. -----

Acrescentou que a reunião da Câmara Municipal ocorreu apenas no dia anterior e que incluía, entre outros assuntos, a apreciação da Prestação de Contas, composta por um volume

significativo de documentação. Considerou, por isso, natural que os serviços municipais apenas pudessem proceder ao envio da convocatória e respetiva documentação, após a conclusão dos trabalhos e disponibilização dos documentos. -----

Concluiu afirmando que, no seu entendimento, a questão não residiu no procedimento de envio da convocatória, mas sim na data em que foi realizada a reunião da Câmara Municipal, entendendo que esta deveria ter ocorrido mais cedo, de forma a permitir o cumprimento dos prazos regimentais e o envio atempado de toda a documentação aos membros da Assembleia Municipal. -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, designadamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, a Senhora e o Senhor Secretários da Mesa, a Senhora e os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, as Senhoras e os Senhores trabalhadores da autarquia, o estimado público e todos aqueles que assistiam à sessão através das plataformas digitais. -----

Seguidamente, referiu que responderia às questões colocadas pela ordem das intervenções efetuadas, salientando que todas as intervenções produzidas durante a sessão revestiram especial importância. -----

Acrescentou que os trabalhos decorriam num contexto particularmente relevante, marcado pelas comemorações do 25 de Abril, data de elevado significado para a democracia portuguesa e para os valores que a mesma representa. -----

Começou por agradecer a intervenção da Senhora Deputada Maria de Lourdes de Freitas, professora de profissão, considerando que a mesma foi particularmente adequada à celebração dos valores de Abril. Salientou a importância do papel dos professores na transmissão às novas gerações do significado e dos valores da democracia, destacando a relevância de as crianças e os jovens compreenderem o legado do 25 de Abril e a responsabilidade de o preservar no futuro.---

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Miguel Fernandes, associou-se ao voto de pesar apresentado pelo falecimento de uma personalidade amplamente reconhecida no concelho, considerando-a uma referência local e uma das imagens associadas à Feira do Fumeiro, por ter estado presente desde a 1.^a edição da Feira do Fumeiro. -----

No que respeita à segunda fase da requalificação da estrada nacional 103, referiu que a obra já se encontra em fase de concurso público, considerando este facto um motivo de satisfação para o concelho. Recordou que o lançamento do concurso ocorreu em Vinhais, pelo Senhor Ministro

das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz e pelo Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, considerando que tal constitui um reconhecimento da importância da reivindicação efetuada ao longo dos anos. Salientou ainda que o avanço do processo resultou da persistência e do trabalho desenvolvido em defesa desta infraestrutura rodoviária. -----

Relativamente às considerações tecidas pelo Senhor Deputado Miguel Almeida sobre o 25 de Abril, manifestou concordância com a ideia de que a democracia é uma construção permanente e quotidiana. Acrescentou que um dos maiores desafios das gerações atuais consiste em transmitir às gerações futuras, de forma íntegra, os valores, direitos e conquistas alcançados com a Revolução de Abril, assegurando simultaneamente que estas os saibam preservar, defender e fortalecer no futuro. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Carlos Silva, manifestou surpresa pelo interesse ora demonstrado relativamente à situação dos trabalhadores do Município, reafirmando o respeito, a consideração e a valorização que o Executivo Municipal sempre procurou demonstrar para com todos os funcionários municipais, não apenas no presente, mas ao longo dos anos. Acrescentou que a defesa dos trabalhadores e o reconhecimento do seu papel têm constituído uma preocupação constante da ação do Executivo. -----

Relativamente às questões relacionadas com a gestão de recursos humanos e o preenchimento de postos de trabalho, referiu que as decisões tomadas resultam do planeamento efetuado pelo Executivo Municipal, no exercício das competências que lhe estão legalmente atribuídas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou ainda que o Executivo se mantém totalmente disponível para prestar toda a informação solicitada, rejeitando a existência de qualquer “cortina de silêncio” relativamente aos dados e documentos requeridos. -----

Esclareceu que nunca foi intenção do Executivo ocultar informação, assegurando que os serviços municipais podem facultar todos os elementos relativos a pagamentos efetuados ao longo dos anos, entendendo que tais dados são acessíveis e transparentes, não sendo necessário recorrer a outras entidades para a sua obtenção. -----

No que concerne à realização da Feira Franca da Moimenta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que o evento decorreu de forma muito positiva, enaltecendo a organização e dirigindo uma palavra de reconhecimento ao respetivo Presidente da Junta de Freguesia, bem como a todos os envolvidos, pelo sucesso alcançado. -----

Sublinhou ainda o simbolismo da cerimónia comemorativa dos 50 anos do poder democrático, realizada no dia 25 de Abril, através da inauguração de uma placa evocativa, referindo que a mesma assumiu um caráter simples e simbólico, mas de elevado significado. -----

Explicou que a iniciativa se relaciona diretamente com os valores do 25 de Abril e com a consolidação do poder democrático, destacando o seu contributo para a superação de fronteiras físicas e simbólicas, bem como a valorização da cooperação transfronteiriça existente na região, evidenciada pela presença de representantes dos municípios vizinhos. -----

Referiu ainda que tais momentos permitem também homenagear a história e a realidade das populações fronteiriças, recordando o contexto anterior ao regime democrático. -----

Relativamente à situação referida pela Senhora Presidente da Junta da União das Freguesias de Soeira, Fresulfe e Mofreita, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município, em articulação com diversas entidades, designadamente com a Junta de Freguesia, tem vindo a desenvolver todos os esforços possíveis no sentido de apoiar as populações afetadas, salientando que o Município não se limitou a acompanhar a situação, mas interveio ativamente na prestação de auxílio às pessoas afetadas. -----

No entanto, defendeu que também o Governo deve assumir um papel mais interventivo, não se limitando ao acompanhamento, mas assegurando igualmente medidas de apoio efetivo, conforme a responsabilidade que lhe está atribuída. -----

Referiu ainda que, na sequência das ocorrências verificadas nas localidades de Fresulfe e Mofreita, o Município procedeu ao levantamento dos prejuízos, com vista à disponibilização de materiais de apoio, designadamente para a reposição de coberturas de armazéns, que constituíram um dos setores mais afetados. -----

Acrescentou que foram igualmente mobilizados meios municipais no próprio dia e no dia seguinte ao tornado, incluindo equipamentos, viaturas e recursos humanos, com o objetivo de proceder a operações de limpeza e apoio no terreno, assegurando uma resposta imediata às necessidades identificadas. -----

Sublinhou que o Município continuará a desenvolver todas as ações necessárias, independentemente de eventuais medidas adicionais que venham a ser adotadas por outras entidades, esperando, contudo, que seja acionado um quadro de apoio adequado por parte da Administração Central. -----

Referiu ainda que a situação foi acompanhada ao mais alto nível institucional, tendo o Senhor Presidente da República contactado o Município na sequência dos acontecimentos, demonstrando preocupação quanto à possibilidade de ocorrência de danos mais graves. -----

Acrescentou que, nesse contexto, foram remetidos ao Senhor Presidente da República os elementos relativos aos prejuízos verificados, reconhecendo a relevância institucional da atenção demonstrada. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Lília Afonso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacou a importância do envolvimento dos jovens e das associações juvenis na vida do concelho, bem como a sua participação em diversas atividades e processos de decisão local.-

Referiu que, no contexto das comemorações do 25 de Abril e da valorização dos princípios democráticos, assume particular relevância o reforço da participação juvenil, enquanto garante da continuidade dos valores da democracia e do desenvolvimento do território. -----

Salientou o trabalho desenvolvido por diversas associações juvenis do concelho, destacando a Associação de Jovens de Rebordelo e a Associação de Jovens de Vinhais, considerando que têm vindo a desempenhar um papel relevante na dinamização juvenil e comunitária. -----

Acrescentou que a nova direção de uma das associações juvenis iniciou a sua atividade com uma ação de caráter solidário, facto que considerou demonstrativo do espírito de missão e do compromisso cívico da juventude local. -----

Referiu ainda que o envolvimento dos jovens é cada vez mais essencial, alinhado com a perspetiva de que a democracia se constrói diariamente, e destacando a necessidade de garantir a transmissão desses valores às gerações futuras. -----

No mesmo contexto, salientou também o contributo de iniciativas culturais e educativas, designadamente a Escola Municipal de Música e a Escola Municipal de Teatro, como exemplos de promoção do desenvolvimento juvenil e da participação cultural. -----

Reforçou que o Município tem procurado apoiar de forma contínua as áreas da cultura, da ação social e do associativismo, numa lógica de cooperação intergeracional. -----

Concluiu afirmando que os jovens representam o futuro do concelho, sublinhando a importância de continuar a criar condições para o seu envolvimento ativo e participado na vida comunitária.-

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção do Senhor Deputado Salvador Marques, reconheceu a relevância das questões colocadas, sublinhando a importância estratégica da agricultura e da pecuária para o concelho. -----

Referiu que o Município acompanha com preocupação as dificuldades sentidas pelos agricultores e produtores pecuários, encontrando-se a desenvolver e a implementar um conjunto de medidas de apoio ao setor. Entre estas, destacou a execução de largadas no âmbito do combate à vespa da galha do castanheiro, bem como a realização de uma reunião de trabalho agendada para o dia 11 de maio, dedicada à fileira da castanha e a outras matérias conexas, incluindo o combate ao cancro do castanheiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que se encontra em fase final de preparação um regulamento municipal de apoio à agricultura e pecuária, destinado a reduzir encargos dos produtores e a promover a modernização e qualificação das explorações agrícolas. -----

Acrescentou que está igualmente a ser desenvolvido um projeto de criação de um mercado do agricultor, com o objetivo de promover a comercialização direta de produtos locais nas feiras quinzenais, reforçando a valorização da produção endógena. -----

No âmbito da fileira da castanha, destacou o trabalho de articulação com outros municípios, como o de Bragança, e outras entidades, que representam uma parte significativa da produção nacional, com vista à valorização institucional do setor e à defesa de uma classificação mais adequada do produto. -----

Por fim, referiu ainda a intenção de criação de um centro interpretativo da castanha e de um viveiro associado à melhoria da produção, através de processos de enxertia e investigação, sublinhando o carácter estratégico deste produto para o desenvolvimento económico do concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção da Senhora Deputada Maria do Amparo, esclareceu que não identifica a que situações concretas se referem as referências a discursos potencialmente ofensivos, sublinhando que, no seu entendimento, ao longo do presente mandato e dos anteriores, não têm sido proferidas intervenções com carácter ofensivo por parte de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

Referiu que, no âmbito democrático, é natural a existência de divergência de opiniões e de intervenções de natureza mais acalorada ou ideológica, desde que enquadradas no respeito mútuo, considerando que tal princípio tem sido globalmente respeitado. -----

Relativamente à questão das bermas e de outras situações similares, afirmou que o Município está disponível para colaborar, analisar e verificar as situações reportadas, sublinhando, contudo, a importância do papel das Juntas de Freguesia na identificação e acompanhamento de ocorrências nas respetivas freguesias. -----

Acrescentou que não se trata de transferir responsabilidades, mas sim de assegurar uma melhor articulação na identificação de situações que possam carecer de intervenção. -----

Por fim, referiu que a manutenção e requalificação das estradas municipais implica custos significativos para o Município, apelando à responsabilidade de todos na preservação do património rodoviário, de forma a evitar degradações que dificultem e onerem a sua recuperação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção do Senhor Deputado Francisco do Sacramento, referiu que não se iria pronunciar, relativamente às questões de natureza jurídica abordadas, pois não detém conhecimentos técnicos especializados. -----

Quanto aos requerimentos mencionados, afirmou não dispor, no momento, de elementos concretos que permitam responder de forma imediata, manifestando, ainda assim, disponibilidade para averiguar a situação e esclarecer os motivos pelos quais poderão não ter sido devidamente respondidos. -----

Reforçou que o Executivo Municipal pauta a sua atuação por princípios de abertura, transparência e disponibilidade para prestar esclarecimentos e analisar todas as situações que lhe sejam apresentadas. -----

No que respeita ao regulamento da pré-reforma, referiu que o mesmo foi aprovado prevendo diferentes possibilidades de atuação, nomeadamente quanto à resposta ou não aos pedidos, nos termos nele definidos, salientando que o Município atua em conformidade com o enquadramento jurídico aplicável e com o próprio regulamento. -----

Acrescentou que o Regulamento prevê que decorridos 30 dias úteis, sem qualquer resposta, o mesmo não é aceite, o que não significa que os trabalhadores não possam requerer novamente a pré-reforma. -----

Reiterou o respeito do Executivo pelos trabalhadores do Município, sublinhando que tal respeito tem sido constante ao longo do tempo e continuará a ser assegurado. -----

Relativamente à questão da indemnização do Senhor Engenheiro Carlos Silva, informou que a empresa municipal Proruris já procedeu ao pagamento da indemnização, no montante de € 56.098,42 (cinquenta e seis mil, noventa e oito euros e quarenta e dois cêntimos), acrescido dos respetivos juros, no montante de € 418,05 (quatrocentos e dezoito euros e cinco cêntimos). -----

Mais informou que não se procedeu ainda ao pagamento dos salários de tramitação, porquanto os mesmos estão dependentes do apuramento da situação concreta do trabalhador perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária. O que significa que a empresa municipal Proruris não dispõe atualmente de informação concreta e atualizada sobre a situação contributiva e fiscal do Engenheiro Carlos Silva. -----

Relativamente à penhora das contas bancárias, referiu que existiu litigância de má-fé, uma vez que o assunto se encontrava ainda a ser tratado pelos mandatários das partes. Acrescentou que foi dada indicação para avançar com a penhora das contas bancárias da empresa, apesar de a questão em causa não se encontrar definitivamente apurada. No entanto, o próprio Tribunal não a aceitou, por considerar que o procedimento não tinha sido efetuado de forma correta. Assim,

não chegou a existir qualquer penhora efetiva, tendo apenas havido uma intenção ou tentativa de a promover. -----

Acrescentou que tal situação não foi conduzida de forma adequada e que, quando o valor em causa estiver devidamente apurado, será efetuada a comunicação correspondente e serão cumpridas as obrigações de pagamento que couberem à empresa. Salientou ainda que esta é a realidade dos factos e que não existe qualquer outra questão a acrescentar sobre o assunto. -----

Relativamente às observações apresentadas pelo Senhor Deputado, referiu que este compreenderá melhor do que ninguém que tal procedimento não seria correto, nem deveria ser adotado. Reiterou que, uma vez apurado o valor em causa, a situação será regularizada nos termos legalmente aplicáveis. -----

Em resposta a outras questões levantadas, afirmou que não existe qualquer intenção de ocultar informação sobre o processo, salientando que toda a documentação e publicações relacionadas com o mesmo se encontram disponíveis e têm sido tratadas pelos advogados de ambas as partes.

No que respeita à situação do tornado, esclareceu que o Município não se limitou a manifestar apoio através de palavras, mas tem vindo a prestar auxílio efetivo às pessoas afetadas, conforme foi testemunhado pela Senhora Presidente da Junta. -----

Por fim, destacou que, para além da presença institucional, o Município tem procurado prestar apoio concreto às pessoas, mantendo o compromisso assumido desde o início. Sublinhou que, independentemente do apoio que possa ou não ser concedido pelo Governo, a Câmara Municipal continuará a ajudar e a acompanhar os cidadãos afetados, conforme tem vindo a fazer. -----

Em resposta à Senhora Deputada Mariana Ramos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o objetivo do Executivo é continuar a apoiar áreas consideradas essenciais e transversais às necessidades do concelho, nomeadamente através de medidas de incentivo à natalidade, apoio ao comércio local e intervenção na área da ação social. Salientou ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nestes domínios e manifestou a intenção de dar continuidade a essas políticas e ações em benefício da população. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Júlia Beato, começou por se referir à Escola Municipal de Música e à Escola Municipal de Teatro, manifestando o seu agradecimento pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Estendeu igualmente esse reconhecimento às atividades culturais e desportivas promovidas no concelho, bem como ao trabalho realizado pelas diversas associações locais. -----

Salientou que grande parte desse trabalho é muitas vezes invisível, mas produz resultados evidentes e contribui para a valorização do concelho, considerando que este constitui um

exemplo positivo e motivo de orgulho para toda a comunidade. Manifestou ainda o seu apreço pelo empenho e dedicação de todos os que nele colaboram. -----

Quanto à questão do transporte de doentes oncológicos, referiu que já se havia pronunciado diversas vezes sobre o assunto, reiterando que, enquanto exercer funções, continuará a considerar esse serviço, uma das mais importantes e meritórias iniciativas desenvolvidas pelo Município. Explicou que a relevância do apoio prestado não se limita à componente financeira ou logística, nem apenas à disponibilização de transporte, mas também ao acompanhamento humano e ao carinho dispensado aos doentes, aspetos que considera de valor incalculável. -----

Referiu ainda uma conversa que aconteceu na Feira Franca, durante a qual foi partilhado o testemunho de uma pessoa proveniente da área de Lisboa que se encontrava temporariamente no concelho. Segundo relatou, essa pessoa destacou a qualidade dos serviços de saúde locais, referindo ter sido atendida numa consulta aberta do Centro de Saúde em cerca de quinze minutos, contrastando essa experiência com uma situação anterior vivida noutra unidade de saúde, onde aguardou cerca de vinte e seis horas pelo mesmo tipo de atendimento. -----

A propósito deste exemplo, salientou que, por vezes, existe uma tendência para valorizar excessivamente os aspetos menos positivos do território, quando, na sua opinião, o concelho dispõe de condições que, em diversos domínios, são superiores às de outras localidades, incluindo algumas situadas no litoral. -----

Por fim, sublinhou a importância de reconhecer e valorizar aquilo que o concelho tem de positivo, considerando que o desenvolvimento e a promoção do território passam também pela capacidade de destacar as suas qualidades e potencialidades, em vez de centrar a atenção apenas nos seus problemas. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Marcos Pimentel, referiu que alguns dos temas abordados seriam igualmente desenvolvidos na sua intervenção, começando por destacar o trabalho que tem vindo a ser realizado na área da Proteção Civil. -----

Informou que o projeto dos “Condomínios de Aldeia” está a ser implementado em doze aldeias do concelho, abrangendo ações de limpeza, reflorestação e instalação de depósitos de água, representando um investimento de € 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros), integralmente financiado pelo Fundo Ambiental. -----

No que respeita ao programa “Aldeia Segura”, referiu que no ano anterior o mesmo abrangeu dez aldeias e que, no presente ano, será alargado a vinte e seis aldeias do concelho. Acrescentou que, de acordo com informações da Proteção Civil, esta realidade constitui um caso praticamente único a nível nacional. -----

Destacou ainda os investimentos efetuados em equipamentos e viaturas para reforço da capacidade operacional da Proteção Civil, referindo a aquisição de uma motoniveladora, cuja entrega está prevista para as próximas semanas, bem como de uma máquina de rastros que já se encontra em funcionamento. Mencionou igualmente a aquisição de diversas outras viaturas e equipamentos, num total aproximado de vinte unidades. -----

Esclareceu que o investimento global realizado na aquisição destas viaturas ascendeu a € 1.474.104,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e quatro euros). Referiu ainda que algumas das viaturas adquiridas, incluindo viaturas da marca Toyota, foram financiadas no âmbito da transferência de competências na área da ação social, tendo sido possível utilizar as verbas transferidas para reforçar a frota municipal. -----

Acrescentou que, embora estas viaturas estejam afetas à área da ação social, podem igualmente servir outras necessidades municipais. Destacou, em particular, a utilização de uma dessas viaturas no transporte de doentes oncológicos, serviço que continua a considerar de grande importância para a população. -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam inscrever-se para intervir sobre o ponto em discussão. -----

Uma vez que não se registaram intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a ata a votação, tendo sido dispensada a respetiva leitura. -----

A ata foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Deputados do Grupo de Cidadãos Eleitores “Pela Nossa Terra”, e de todos os Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, à exceção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Edrosa, Cláudia Marlene Mesquita Gonçalves e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilar de Lomba e São Jomil, Ricardo Miguel Gonçalves Libório, e dos Senhores Deputados Francisco José Nunes Cunha, Luís António Bebião Pires, Mariana Bernardes dos Ramos, Lília Andreia de Sá Afonso, Maria Luísa Pires dos Santos Pinto, Lúcia Cristina Fernandes Rocha e Daniela Sofia Gonçalves Gomes, que se abstiveram, por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra a 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Maria de Lourdes de Freitas, que deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão até à presente data, informando que a mesma se encontra disponível para consulta nos serviços de apoio à Assembleia Municipal. -----

2.3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que procedeu à leitura da informação escrita, cujo teor se transcreve: -----

“Exmo. Senhor-----

Presidente da Assembleia Municipal-----

Senhora e Senhores Secretários da Mesa-----

Senhores Vereadores Presentes-----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores-----

Como é normal esta será sempre uma Assembleia Municipal diferente, não pelos assuntos que aqui possam ser deliberados, debatidos, ou até pela ordem de trabalhos ser maior, ou menor mais ou menos importantes conforme os seus assuntos. Esta será uma Assembleia Municipal diferente porque “carrega” com ela uma data histórica, única na história de Portugal que foi o 25 de abril de 1974, e ainda por cima este ano de 2026, ser o ano em que se comemoram os 50 anos do poder democrático em Portugal, e é por isso mesmo que hoje podemos estar aqui todos.-----

Mas em relação a este dia, a esta conquista, deixarei para o final da minha intervenção escrita aquilo que na minha opinião considero oportuno ser relevado e valorizado. Olhando para os vários pontos que fazem parte da ordem de trabalhos e seguindo a sua ordem pelos quais eles estão vertidos na agenda, temos em primeiro lugar a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município relativamente ao ano 2025. Um documento extenso, mas em que é possível verificar através dos números, uma boa situação financeira do município, uma gestão equilibrada, mesmo num ano eleitoral, o que a valoriza ainda mais, é verdade que baseada e orientada naquelas que foram as nossas opções políticas, opções essas que acabaram por ser sufragadas positivamente nas últimas eleições autárquicas, e que assentavam naquela que será a nossa preocupação principal que são as pessoas deste concelho, porque tal como dizia o Sr. Presidente da República no discurso feito no Parlamento no 25 de abril, a política, a economia, as decisões

tem que ter sempre as pessoas, no topo da pirâmide das suas opções, tudo pode esperar, as pessoas não podem, não devem, porque são elas que fazem com que tudo avance ou tudo pare.-----

E por isso que aquilo que este relatório mostra é que as opções por nos tomadas de ajudar nos vários sectores de atividade importantes para o nosso concelho, tem como é lógico reflexo naquelas que são as contas, naquelas que são as despesas e as receitas, porque até as receitas que o município tem direto, como é o caso do IRS, é devolvido a todos os contribuintes do concelho, também as taxas, as várias tarifas que são aplicadas são das mais baixas, mas esta é uma opção, nossa, claro que é, porque se nós virmos cada vez mais são os municípios que tem que estar na primeira linha para ajudar, para fazer até aquilo que não lhe compete, aquilo que não faz parte do âmbito das suas competências, mas se não o fizerem, quem o faz, sobretudo em municípios como o nosso, qual é a alternativa? Qual é o caminho? Mas mesmo assim os números mostram que é possível ter e volto a repetir uma gestão equilibrada, e que faz com que todas as empresas gostem de trabalhar com a Câmara de Vinhais, isto também não será por acaso.-----

Claro que respeitamos, outras interpretações, outros pontos de vista, mas já não aceitamos que se queiram transformar números positivos, em números negativos, ou adorna-los de forma quase a deturpá-los. Mas convém recordar a esta Assembleia Municipal um aspeto muito importante, as contas certas são um bom indicador são até um meio fundamental para decidir e para agir, mas uma Câmara Municipal, não é nenhuma empresa, é uma instituição que tem como missão primeira, ajudar servir, apoiar os seus munícipes, não é apresentar lucros, o maior lucro, é conseguir que os seus munícipes tenham as melhores condições possíveis, e que vivam melhor, e sim no caso de municípios como o nosso, é na minha na nossa opinião uma obrigação ajudar a fixar pessoas nos seus territórios, e isto claro que pode levar ao aumento da despesa, sobretudo com pessoal, pode, mas é sempre bom lembrar que os Municípios no Orçamento Geral do Estado, em relação às despesas se comparadas com a Administração Central é uma percentagem muito, muito baixa, e insisto em Municípios como o nosso a despesa ainda mais se justifica, porque temos em muitas áreas, como a saúde, os transportes, a educação e outras de nos substituir aquelas que são competências da Administração Central, mas não deixaremos de o continuar a fazer, dada a sua importância.-----

Mas ainda neste tema das receitas e despesas é importante salientar aquilo que tem sido o aproveitamento dos fundos comunitários em várias áreas, em que vários projetos já se encontram a ser executados, outros até finalizados, e outros para ser lançados. Por falar em projetos não posso deixar de salientar aquele que depois de muitas lutas, de muita resiliência, foi possível avançar, sim estou a falar do lançamento do Concurso da 2ª fase da ligação Vinhais/Bragança, concurso que no dia em que foi lançado, foi anunciado presencialmente no Município de Vinhais,

pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, e isso demonstra que ao contrário daqueles que, utilizando uma expressão até algo leve, duvidavam, questionavam e até predestinavam que isto não ia acontecer.-----

Felizmente como noutros assuntos enganaram-se, mas ainda bem, não pelo Presidente da Câmara mas pelas pessoas deste concelho, e foi também em nome das pessoas deste concelho que na cerimónia que decorreu no Salão Nobre tive o cuidado, fazendo justiça de agradecer ao Sr. Ministro, porque honrou o compromisso comigo assumido, depois de nunca termos desistido, como ele bem referiu, e tal como me tinha transmitido iria o anúncio público deste lançamento ser feito em Vinhais, e no dia que ele tinha referido.-----

Sim, a batalha ainda não está ganha, há que fazer esta 2ª fase e há que continuar a lutar por melhorar constrangimentos ainda existentes, e principalmente continuar a defender outras ligações que continuam a ser no nosso entendimento fundamentais, não só para o concelho, como para a região e mesmo para o país.-----

Por falar em ligações rodoviárias, e falando agora de estradas municipais, dizer-lhes também que ao contrário de comentários provavelmente ingénuos, as intervenções nas estradas municipais que estão já adjudicadas, tal como arruamentos, irão ser brevemente realizadas e apenas não o foram em virtude de as condições atmosféricas não serem as adequadas como é facilmente perceptível. Na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal estão também a Prestação de Contas e Relatório de Gestão das Empresas Municipais da Proruris e da empresa Carnes de Vinhais. Como as senhoras e senhores deputados com certeza puderam verificar e também já disso tem conhecimento, estamos a falar de empresas com situações financeiras diferentes, mas as duas importantíssimas, naqueles que são setores vitais para a economia do nosso concelho. E aquilo que importa referir é que também aqui, queremos continuar um trabalho de melhoria, um trabalho de apoio e ajudar mais aqueles e aquelas que vivem destes setores. Apesar do Município de Vinhais ser reconhecidamente, um dos que mais apoia, está na fase final de elaboração um novo regulamento de apoios ao nível do setor primário, e que vai desde a castanha, á pecuária, ao fumeiro, e em que estas duas empresas são fundamentais para a sua implementação. -----

A castanha e o fumeiro continuarão a ser apostas, melhorando, sempre, e valorizando cada vez mais quer estes produtos quer aquelas que são as principais montras: A Feira da Castanha e a Feira do Fumeiro. Continuaremos não só a procurar fazer mais e melhor, falando sempre bem do que é nosso, falando sempre bem dos nossos produtos e dos nossos produtores, porque sem eles nada é possível, o caminho constrói-se, na nossa opinião claro, motivando, ajudando e não desvalorizando.-----

Só assim foi possível quer uma feira quer a outra terem o sucesso que tem, e como dizia alguém que recordamos todos com muita saudade e que é um símbolo da Feira do Fumeiro a D. Elísia, o fumeiro de Vinhais é único, porque tem com ele a mestria de quem ao longo dos anos foi fazendo a verdadeira certificação deste produto, que é o conhecimento ancestral e a dedicação a fazer, a curar, a preparar.-----

Por falar em preparar, uma das últimas propostas que foi levada e aprovada em Reunião de Câmara tem a ver com a intenção de preparar melhor as condições de vida dos meninos e meninas e respetivas famílias que nascem no nosso concelho, e que foi o aumento do Apoio da Natalidade de 1000 para 2500 euros. É um aumento que no nosso entendimento é importante, até porque todos sabemos que fruto de várias situações já aqui referidas nesta Assembleia Municipal, o custo de vida, tem aumentado, o cabaz alimentar sofreu um aumento significativo e por isso é mais uma medida importante no apoio às famílias.-----

Mas é importante salientar que esta medida alavanca também o comércio local, porque este apoio atribuído tem que ser obrigatoriamente gasto no comércio do concelho. Todos sabemos que a natalidade é um dos dramas que existem não só no nosso concelho, mas mesmo no país e na europa, não é por acaso que tanto se depende da imigração, por isso com mais esta medida esperamos que dê também ela uma ajuda para que mais famílias possam ter mais oportunidades, mas convém referir que ela também se integra numa medida mais ampla que se integra com a educação no sentido da obrigatoriedade destas crianças terem que se inscrever nas escolas do concelho, recebendo mais um apoio de 300 euros anuais. É obvio que não é preciso ser um economista de referência para perceber, que isto significa um aumento da despesa, mas oxalá esta despesa seja significativa, porque assim o concelho ficará melhor, mesmo que no relatório de contas também sirva para alguns referir o aumento da despesa. Se há alguém a quem o aumento das despesas também atinge é às Juntas e Uniões de Freguesia, por isso vem a esta reunião de Assembleia Municipal a proposta de Apoio Financeiro, no sentido de ajudar numa área cada vez mais importantes, cada vez mais necessária devido a vários fatores e que tem a ver com as limpezas. E esta é também uma medida que foi tomada por este executivo, é também uma opção, que poderia ou não ser tomada, mas continuamos a ver o trabalho das Juntas e Uniões de Freguesia como fundamentais naquelas que são as principais necessidades das nossas gentes. ---

Também aqui teremos brevemente disponível, ainda durante o mês de maio, algo que é vital para o nosso concelho e que é solicitado e de que forma pelas Juntas e Uniões de freguesia, estou a falar de uma nova motoniveladora que permitirá fazer ainda um melhor e maior trabalho numa área fundamental que é a limpeza e manutenção dos caminhos rurais. Máquina esta adquirida também através de um financiamento, tal como outros trabalhos que estão a ser executados no

que à limpeza diz respeito, principalmente tendo como objetivo principal a prevenção de incêndios, não só ao nível da limpeza da reflorestação de espécies mais resistentes ao fogo, como a colocação de reservatórios de água através do programa “Condomínio de Aldeia” que está a ser realizado em 12 aldeias no nosso concelho, num valor de 455.610 euros. Mas ainda dentro daquilo que é, ou que são medidas preventivas em relação aos incêndios, também o programa Aldeias Seguras – Pessoas Seguras, foi em 2025, implementado em 10 localidades e em 2026, será em 23 localidades do nosso concelho, o que é segundo informação da Proteção Civil, inédito quase a nível nacional. Todos sabemos que infelizmente as medidas preventivas por vezes são insuficientes para fenómenos extremos como o caso dos incêndios, mas também é na minha opinião, justo reconhecer o trabalho que está a ser feito.-----

Mas a verdade é que o combate aos incêndios é uma missão de todos, todos somos agentes da proteção civil, e todos podemos de uma forma ou de outra ajudar a tentar minimizar este flagelo. Como dizia o Sr. Presidente da República aquando da visita as zonas afetadas pelas intempéries, todos temos que ser responsáveis, quer enquanto cidadãos, enquanto profissionais, enquanto decisores, mas todos temos que pensar que cada vez mais temos que estar preparados preparando-nos sempre para o pior e esperar o melhor. Ao falar no melhor, quero então fazer uma pequena reflexão sobre aquilo que de melhor nos foi dado na noite de 24 de abril de 1974, ou melhor que começou nessa noite, a tal noite que todos esperavam, ou esperávamos.-----

Como referiu no seu discurso nas comemorações do 25 de abril na Assembleia da República, fazendo aqui um parentese, na minha modesta opinião, um dos melhores discursos feitos na Assembleia da República nesta data, dizia o Sr. Presidente da República que essa data, essa noite, deve ser repetida até à exaustão ou melhor, aquilo que ela nos deu, aquilo que ela nos trouxe, deve ser repetida, principalmente para os mais jovens, para que percebam mais do que aquilo que aconteceu, o papel fundamental que eles tem para preservar, para lutar para manter os valores que ali foram conquistados para que a democracia prevaleça sobre as várias ameaças que está a sofrer, os ataques constantes que podem faze-la perigar.-----

Não é por acaso que esse discurso feito pelo Presidente da República, teve como alvo principal os mais jovens, não é por acaso que lhe fez vários apelos, entre os quais, para que entrassem na política, para que fossem intervenientes, porque assim será mais fácil perceber o quão importante é o seu envolvimento. Caras e caros deputados, este ano comemora-se os 50 anos do Poder Democrático em Portugal, 50 anos em que Portugal cresceu em que os portugueses tiveram outras oportunidades, em que a escuridão deu lugar à luz, em que as ideias, as diferenças, as oportunidades prevalecem sobre a proibição, o pensamento único, as dificuldades. -----

Mas a realidade neste momento é que existem muitos sinais de que toda esta luz que nos foi ligada no 25 de abril de 1974, está a sofrer apagões, que podem por em perigo esta corrente, este regime democrático.-----

Estes apagões não são só em Portugal, infelizmente são em vários lugares no mundo, em que dia após dia se tomam decisões completamente injustificadas, completamente autocráticas, sem respeitar valores, princípios, tratados, que são as decisões tomadas em regimes autoritários e não em regimes democráticos.-----

Todos vemos, presenciamos, sentimos e sofremos as consequências de tudo isto.-----

Será este o caminho? Será este o caminho correto? Sim muitos destes decisores foram eleitos através do voto, mas todos sabemos que hoje a informação que leva, que ajuda que influência a escolha o voto, é muitas vezes deturpada, manipulada, em que a desinformação prevalece sobre a informação.-----

Será que estamos mais informados? Ou será que estamos mais influenciados, mais condicionados e até mesmo mais aprisionados, sim até nas nossas decisões, se pensarmos aqueles que temos a obrigatoriedade de decidir, de agir, não somos nós próprios, ou não podemos ser nós próprios condicionados por todo este mundo virtual em que vivemos?-----

É por isso que temos a obrigação de todos continuar a lutar pelos valores de abril não temos de pensar igual, de agir ou decidir igual mas temos de nas diferenças respeitar esses valores, porque a Democracia, tão importante como foi conquistá-la é agora preservá-la, mantê-la e se for possível até aperfeiçoá-la, e executá-la. Como dizia também o Sr. Presidente da República a propósito da eventual tentativa de alteração da nossa Constituição, (que deixem-me referir este a parte, porque será, um objetivo tão importante, qual o partido que tanto a quer?), a Constituição que suporta o nosso regime democrático dizia ele e bem, a Constituição não é preciso alterá-la é preciso cumpri-la. Mas quando alguém, quando um partido, faz disso uma bandeira, tem nisso um dos seus princípios fundamentais ao nível do seu programa, o que pretende, qual, ou quais os objetivos? Um deles na minha opinião é simples, é começar um caminho para por em causa a Democracia, os tais valores que alguém com sangue, suor e lágrimas conquistou para Portugal.-

Mas se é verdade que tudo isto me preocupa, me deixa com muitas dúvidas, também é verdade que aqueles que estamos nesta Assembleia Municipal, com ideias diferentes, com visões diferentes, não deixamos de partilhar os valores, que levaram ao Poder Democrático em Portugal, é isso que devemos continuar a fazer, porque tal como disse aquele que será sempre, mesmo que alguns não queiram, o herói do 25 de abril, Salgueiro Maia, como dizia repito, passo a citar “ Eu

apenas fiz a minha parte, uma pequena parte, o difícil é que todos façam agora e no futuro o que tem de fazer”.-----

Façamos nós a nossa parte. -----

Muito obrigado!-----

Quanto à situação financeira é a seguinte:-----

- Dotações Orçamentais – 6.190.338,06€-----

- Dotações não Orçamentais – 570.784,91€”.-----

2.4 – PERÍODO DE INTERVENÇÕES.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam usar da palavra, tendo-se inscrito para intervir os seguintes membros: -----

- Carlos Manuel Reis; -----

- Francisco José Rio do Sacramento; -----

- Carlos Daniel Fernandes da Silva. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Manuel Reis, o mesmo iniciou por cumprimentar todos os presentes, começando pelos cidadãos do concelho, todos os funcionários da Câmara Municipal, quer os presentes, quer aqueles que se encontravam em serviço, o Senhor Presidente da Mesa e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta de Freguesia, os Deputados Municipais, os membros do Executivo Municipal e, por fim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Dirigindo-se ao Senhor Deputado Marcos Pimentel, salientou que os Deputados Municipais são livres de realizar as suas intervenções, sem necessidade de dar conhecimento prévio às Juntas de Freguesia. -----

Acrescentou ainda que a responsabilidade pelas estradas municipais compete à Câmara Municipal. -----

Referiu também a presença do Senhor Deputado Marcos Pimentel na inauguração das instalações sanitárias do Bairro da Formiga, referindo que, nessa ocasião, as mesmas não dispunham de ligação elétrica, situação que, segundo afirmou, se prolongou durante cerca de oito meses. Considerou que tal facto deveria ter merecido maior atenção por parte de quem acompanha de perto os assuntos municipais. -----

Manifestou ainda o seu desagrado pelo facto de a Junta de Freguesia não ter obtido resposta a

diversos ofícios enviados à Câmara Municipal, alguns dos quais há vários meses, relacionados com a necessidade de intervenção no Bairro da Formiga. Referiu que a situação existente no local configura, no seu entendimento, um problema ambiental e de saúde pública, afetando particularmente as crianças residentes. -----

Sublinhou que a existência de uma lixeira a céu aberto representa uma questão de dignidade para a freguesia, para o concelho e para os seus habitantes, considerando que a situação deveria merecer uma resposta mais célere por parte da Câmara Municipal. -----

Acrescentou que a Junta de Freguesia tem procurado transmitir informação aos cidadãos, mas que se vê limitada pela ausência de resposta às solicitações efetuadas. -----

Mais disse que os pedidos apresentados não se destinavam à obtenção de apoios para atividades festivas ou associativas, mas sim à resolução de um problema concreto que considera prioritário para a população local. Manifestou a sua incompreensão pelo facto de não ter sido dada resposta ao assunto, apesar das várias solicitações efetuadas. -----

Concluiu apelando a que a atenção e o empenho demonstrados na defesa de determinadas posições sejam igualmente direcionados para a resolução dos problemas concretos existentes no concelho. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento, renovou cumprimentos e entrevistou sobre algumas das questões anteriormente referidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Começou por sublinhar que a ação política deve ser orientada para as pessoas, considerando esse princípio uma evidência fundamental. Referiu, contudo, que não basta invocar genericamente as pessoas como destinatárias das políticas públicas, sendo necessário que os princípios de justiça, igualdade e respeito sejam efetivamente colocados em prática. -----

Defendeu que todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual, independentemente das suas convicções políticas, religiosas ou de qualquer outra natureza, considerando que esses valores devem traduzir-se em ações concretas e não apenas em declarações de intenção. -----

Relativamente à segunda fase da estrada entre Vinhais e Bragança, manifestou satisfação pelo avanço da obra, afirmando que se trata de uma intervenção importante para o concelho e para a região. Referiu que a conclusão da infraestrutura será também benéfica para si próprio, dada a frequência das suas deslocações profissionais a Bragança. Acrescentou que deseja o sucesso do Executivo Municipal nesta matéria, por entender que o sucesso das suas iniciativas representa igualmente o sucesso do concelho. -----

Quanto ao aumento do apoio à natalidade, de 1.000 para 2.000 euros, declarou concordar com a medida, considerando que constitui uma forma de apoiar as famílias. No entanto, manifestou algumas reservas quanto ao impacto efetivo da mesma no aumento da natalidade, entendendo que a decisão de ter filhos não depende exclusivamente de incentivos financeiros. -----

Referiu ainda que, segundo informações de que dispõe, o acesso ao apoio poderá implicar a realização prévia das despesas por parte dos beneficiários, seguida do respetivo reembolso. -----

Considerou que este modelo pode criar dificuldades a famílias com menores recursos económicos, que poderão não dispor da capacidade financeira necessária para suportar inicialmente essas despesas. -----

Defendeu, por isso, a necessidade de encontrar mecanismos que permitam ultrapassar essa limitação e garantir que os apoios cheguem efetivamente às famílias que mais necessitam. -----

No que respeita ao impacto da medida no comércio local, reconheceu que a mesma pode contribuir para dinamizar a atividade económica do concelho, mas considerou que os seus efeitos serão necessariamente limitados, tendo em conta o reduzido número de nascimentos registados anualmente. Entendeu, por isso, que devem ser procuradas estratégias complementares e mais ambiciosas para promover o desenvolvimento económico e demográfico do território. -----

Por fim, abordou a questão da eventual revisão da Constituição da República Portuguesa. Referiu não ter preconceitos ideológicos relativamente ao debate constitucional e defendeu que qualquer norma pode ser objeto de discussão e revisão no âmbito democrático. Considerou que o confronto de ideias deve fazer-se através da argumentação e do debate, e não através da exclusão ou desvalorização das posições divergentes. -----

Manifestou, contudo, a opinião de que determinadas disposições constitucionais poderiam ser reavaliadas, designadamente aquelas que fazem referência ao caminho para uma sociedade socialista. Entendeu que a Constituição deve assegurar a liberdade de escolha democrática dos cidadãos quanto ao modelo de sociedade que pretendem construir, sem privilegiar orientações ideológicas específicas. Ainda assim, considerou que, no essencial, a Constituição continua a garantir adequadamente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, não justificando alterações estruturais profundas. -----

Usando da palavra o Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva, reiterou os cumprimentos anteriormente dirigidos a todos os presentes e referiu que a sua intervenção incidia sobre alguns dos temas abordados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Esclareceu, contudo, que, por razões de natureza ética, optava por não comentar uma das matérias anteriormente referidas. -----

Relativamente à Estrada Nacional 103, afirmou que a bancada da AD – Coligação PSD/CDS nunca duvidou da concretização da obra, recordando que o Governo assumiu esse compromisso durante a campanha eleitoral, posteriormente concretizado com o lançamento da empreitada. ---

Manifestou assim satisfação pelo reconhecimento público feito pelo Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Ministro responsável pela tutela. -----

Referiu, contudo, que a sua bancada entende que o projeto deveria ir mais longe, salientando que, na primeira fase da intervenção, estavam previstos cerca de 35 milhões de euros de investimento, tendo sido executados aproximadamente 17 milhões. -----

Acrescentou que continua por concretizar a intervenção na ponte sobre o Rio Baceiro, em Castrelos, considerando que esta matéria deve continuar a merecer insistência junto do Governo. Informou ainda que já transmitiu pessoalmente essa preocupação às entidades competentes, acrescentando que, se necessário, o fará também por via formal. -----

Quanto aos restantes projetos anunciados pelo Executivo, vinçou que continuam a ser referidos de forma genérica em várias sessões da Assembleia Municipal, sem que tenham sido ainda apresentados elementos concretos sobre a sua execução. -----

Referiu, a título exemplificativo, a colocação de um painel informativo relativo a uma futura intervenção na zona do Pavilhão do Fumeiro, considerando que continua a existir falta de informação detalhada sobre o projeto. -----

No que respeita ao reforço do apoio à natalidade, manifestou concordância com a medida, entendendo que nunca é excessivo apoiar a fixação de população no concelho. Todavia, salientou que desconhece o conteúdo do respetivo regulamento, designadamente quanto à eventual aplicação retroativa dos apoios, considerando importante esclarecer esse aspeto. -----

Relativamente às políticas de apoio ao mundo rural e à atividade agropecuária, afirmou que o concelho de Vinhais tem sido pioneiro em diversas medidas de apoio aos produtores pecuários, tanto no domínio da sanidade animal, como noutras áreas de intervenção. -----

Reconheceu o trabalho desenvolvido pelo atual Executivo nesta matéria, salientando igualmente o contributo de diversas pessoas que, ao longo do tempo, ajudaram a promover e a consolidar essas políticas. -----

Defendeu ainda a necessidade de aprovação e divulgação de um regulamento estruturado para o mundo rural, considerando que tal instrumento permitirá conferir maior coerência e

previsibilidade às medidas de apoio. Salientou que, até ao momento, têm sido adotadas várias iniciativas pontuais e avulsas, entendendo que um enquadramento regulamentar poderá melhorar a eficácia da intervenção municipal. -----

Acrescentou que a Assembleia Municipal deve desempenhar simultaneamente uma função de reconhecimento do que é bem executado e uma função crítica construtiva relativamente às matérias que podem ser melhoradas. -----

Nesse sentido, rejeitou a ideia de que as intervenções dos deputados se limitem à crítica, defendendo que o debate político deve contribuir para o aperfeiçoamento da ação pública. -----

Referiu também que seria importante aumentar a transparência e a divulgação das reuniões de Câmara Municipal, considerando que tal permitiria aos cidadãos conhecer melhor o conteúdo dos debates e das decisões tomadas pelo Executivo. -----

Relativamente ao futuro regulamento do mundo rural, apelou para que as posições assumidas sejam devidamente fundamentadas e ponderadas, evitando decisões precipitadas que possam, a médio e longo prazo, prejudicar a maioria dos agricultores em benefício de um número reduzido de situações particulares. Manifestou ainda disponibilidade para colaborar em futuras reuniões ou processos de reflexão sobre esta matéria, caso o Executivo considere útil o seu contributo. --

Por outro lado, felicitou os serviços técnicos do Município pelo trabalho desenvolvido na concretização de candidaturas e projetos relacionados com os “Condomínios de Aldeia”, a proteção civil e outras áreas de intervenção, considerando que têm aproveitado as oportunidades de financiamento concedidas pelo atual Governo. -----

Por fim, considerou que a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas poderia ter sido evitada caso tivesse sido dada resposta atempada aos requerimentos apresentados. -----

Defendeu que a Câmara Municipal deve responder com igual celeridade a todos os pedidos e requerimentos, independentemente da filiação política ou da natureza das entidades que os apresentam, entendendo que essa prática contribui para um melhor relacionamento institucional e para uma maior eficácia administrativa. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Marcos Miguel Ventura Pimentel, o qual reiterou cumprimentos e dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Reis, apelidando-o de Colega, disse que, na sua perspetiva, o relacionamento entre os membros da Assembleia deve pautar-se pela igualdade e pelo respeito mútuo. -----

Esclareceu que a sua posição sempre foi a de que, perante a existência de um problema numa freguesia, a situação deveria ser comunicada, em primeira instância, à respetiva Junta de Freguesia, de modo a permitir a articulação institucional com a Câmara Municipal e a mobilização dos meios necessários para a sua resolução. -----

Acrescentou que não teve qualquer intenção de o ofender, pois entende que tal atitude não faz parte da sua forma de atuar. -----

Salientou que procura defender as causas e os princípios em que acredita, respeitando simultaneamente as opiniões divergentes. -----

Defendeu ainda que o debate político deve assentar na boa-fé dos intervenientes, admitindo que possam existir posições diferentes sem que isso coloque em causa a legitimidade de cada uma delas. -----

Manifestou estranheza pelo facto de, na sua opinião, alguns deputados tenderem a atribuir a terceiros o mérito pelas iniciativas e projetos bem-sucedidos desenvolvidos no concelho, desvalorizando o papel desempenhado pelo Executivo Municipal ao longo dos anos. Referiu que a concretização de projetos resulta normalmente do trabalho conjunto de várias entidades e responsáveis, incluindo aqueles que exercem funções executivas. -----

Por fim, salientou que, numa democracia, a legitimidade do poder resulta da vontade popular expressa através do voto. Recordou que são os cidadãos que, em cada ato eleitoral, escolhem os seus representantes e avaliam o trabalho desenvolvido pelos diferentes agentes políticos, considerando que essa é uma das principais conquistas do regime democrático e dos valores associados ao 25 de Abril. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual renovou cumprimentos a todos os presentes e dirigiu-se, em particular, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas, afirmando que o faz com respeito institucional e pessoal, independentemente das divergências que possam existir quanto a determinadas decisões ou posições. -----

Relativamente à questão dos ofícios apresentados pela Junta de Freguesia, reconheceu que ainda não tinha sido dada resposta formal ao pedido referido. No entanto, salientou que, desde o início, foi transmitido à Junta de Freguesia a disponibilidade da Câmara Municipal para apoiar a intervenção solicitada, designadamente através da atribuição da verba requerida. -----

Acrescentou que já existiram contactos, reuniões e acompanhamento no terreno por parte de membros do Executivo Municipal, incluindo a participação do Vice-Presidente, demonstrando, no seu entendimento, o compromisso efetivo da Câmara Municipal com a resolução da situação.

Referiu ainda que, para além do apoio financeiro à União das Freguesias de Moimenta e Montouto, tendo como fim a realização da Feira Franca, não existiam outros pedidos de apoio provenientes de juntas ou uniões de freguesia que tivessem sido submetidos recentemente à reunião de Câmara, rejeitando a existência de qualquer discriminação no tratamento das diferentes freguesias. -----

Destacou que os apoios atribuídos são analisados de forma transversal e em função das necessidades identificadas. -----

Acrescentou que, em todas as conversações e contactos mantidos sobre o assunto, a Câmara Municipal manifestou disponibilidade para apoiar financeiramente, no valor de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), mantendo esse compromisso. -----

Em resposta, às observações do Senhor Deputado Francisco Sacramento, reiterou que as pessoas constituem a principal prioridade da ação municipal, defendendo que todas as decisões do Executivo são tomadas com esse objetivo. Referiu que o interesse das pessoas deve estar sempre em primeiro lugar e que essa tem sido a orientação seguida ao longo do mandato. -----

Relativamente à Estrada Nacional 103, esclareceu que não se referiu especificamente a qualquer deputado quando mencionou dúvidas anteriormente levantadas sobre a concretização da obra. Ainda assim, afirmou que existiram, ao longo do tempo, várias opiniões públicas que colocavam em causa a sua execução. Salientou que o concurso foi efetivamente lançado, considerando que esse facto demonstra a concretização do compromisso assumido. -----

Defendeu igualmente que as decisões do Executivo não são tomadas em função de interesses particulares ou de pessoas específicas, mas sim em benefício do conjunto da população do concelho. -----

Acrescentou que os resultados eleitorais demonstram o reconhecimento dos cidadãos relativamente ao trabalho desenvolvido. -----

No que respeita ao apoio à natalidade, reiterou que o objetivo da medida é constituir um incentivo e um apoio às famílias, reconhecendo que o apoio financeiro, por si só, não determina a decisão de ter filhos. -----

Explicou que uma das alterações introduzidas no regulamento permite que o montante atribuído possa ser utilizado durante um período de dois anos, proporcionando maior flexibilidade às

famílias beneficiárias. -----

Reconheceu igualmente que algumas famílias poderão enfrentar dificuldades financeiras para antecipar determinadas despesas, mas salientou que existem outros mecanismos de apoio social destinados às situações de maior vulnerabilidade. Reafirmou que a medida pretende simultaneamente apoiar as famílias e contribuir para a dinamização da economia local. -----

Relativamente à discussão sobre a revisão da Constituição, esclareceu que a sua preocupação se relaciona sobretudo com o crescimento dos extremismos políticos, independentemente da sua origem ideológica. Considerou que todos os extremismos representam riscos para a democracia e para a convivência democrática, sublinhando que foi nesse contexto que efetuou as suas observações anteriores. -----

Em resposta ao Senhor Deputado Carlos Silva, reiterou a importância da continuação da intervenção na rede viária regional, defendendo que devem continuar a ser reivindicadas melhorias em várias ligações rodoviárias consideradas estratégicas para o concelho, designadamente as ligações à Gudiña, ao IP2 e a Chaves. -----

Quanto aos projetos municipais em curso, afirmou que muitos deles já se encontram aprovados e alguns em fase de execução, pelo que continuarão a ser referidos nas intervenções futuras à medida que forem avançando. -----

Destacou, entre outros exemplos, os investimentos previstos nos percursos pedestres, no turismo de natureza e no Parque Biológico, áreas que considera fundamentais para o desenvolvimento do concelho. -----

Relativamente ao futuro regulamento de apoio ao mundo rural, referiu que o objetivo é criar um instrumento abrangente que permita apoiar os diversos setores ligados à agricultura, pecuária e produção de castanha, contribuindo para o fortalecimento da atividade económica local. -----

Por fim, esclareceu que nunca afirmou que a Assembleia Municipal se limita a críticas negativas, reconhecendo que, em diversas ocasiões, também são destacados e valorizados os aspetos positivos da ação municipal. Reiterou que, independentemente das diferenças partidárias, o objetivo comum deve ser sempre a defesa dos interesses da população, concluindo que as pessoas continuarão a ser a principal prioridade da ação do Município. -----

2.5 - PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO: -----

2.5.1 - MUNICÍPIO DE VINHAIS. -----

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de dois mil e vinte e cinco, previamente remetidos a todos os Senhores Deputados, dos quais constam os seguintes resultados: -----

- Total do Ativo.....	47.956.306,30 €-----
- Património Líquido	43.437.252,82 €-----
- Passivo.....	4.519.053,48 €-----
- Rendimentos	16.917.511,37 € -----
- Gastos	18.066.530,52 € -----
- Resultado Líquido	1.149.019,15 € -----
- Desempenho Orçamental – Recebimentos.....	24.825.419,83 € -----
- Desempenho Orçamental – Pagamentos	20.009.805,71 € -----
- Saldos Iniciais do Desempenho Orçamental - orç	5.137.014,37 € -----
- Saldos Iniciais do Desempenho Orçamental – op. Tesouraria...440.815,38 € -----	
- Saldos Finais do Desempenho Orçamental - op. orç.....	4.815.614,12 € -----
- Saldos Finais do Desempenho Orçamental – op. tesouraria.....	562.164,85 € -----

De seguida solicitou a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira Morgado que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
Senhora e Senhor Secretários da Mesa,-----
Senhora e Senhores Vereadores,-----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,-----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Antes de fazermos a apreciação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício de 2025 da Câmara Municipal de Vinhais, convém clarificar o sentido e o alcance da competência da Assembleia Municipal na apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, evitando equívocos recorrentes na prática autárquica e na comunicação institucional.-----

Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a prestação de contas é um dever da pessoa coletiva Município e tem por finalidade demonstrar a sua situação económica e financeira e os resultados do exercício.-----

Os documentos de prestação de contas são elaborados e aprovados pelo órgão executivo, a Câmara Municipal.-----

À Assembleia Municipal não compete aprovar, rejeitar, chumbar ou inviabilizar contas. A competência deste órgão deliberativo é, exclusivamente, a de apreciar esses documentos e fazer

uma votação com valor opinativo, que se traduz num voto favorável ou desfavorável, que podem ser recomendações ou sugestões para o futuro, mas não impactando na sua aprovação das contas nem implicando alterações ao documento.-----

Neste sentido, no fim da votação a deliberação desta Assembleia será de “apreciação favorável” ou “desfavorável”, conforme o sentido dos votos e não de “contas aprovadas” ou “rejeitadas”.--

Assim, relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025 da Câmara Municipal de Vinhais que já está aprovado pelo órgão competente, vimos manifestar a seguinte apreciação: Este documento é um documento predominantemente técnico, denso, de natureza contabilística e legal, e queremos aqui reconhecer o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços municipais na elaboração dos documentos em apreciação, mas também distingui-lo da avaliação das opções de gestão do Executivo refletidas nas contas apresentadas.-----

Neste âmbito, o documento apresenta pontos positivos e negativos.-----

Já hoje várias vezes foi aqui dito que não bastam as palavras, por isso vamos agora falar de números.-----

Damos nota como aspetos positivos do documento apresentado para apreciação:-----

- Ao nível dos recursos humanos a quase totalidade de trabalhadores tem um vínculo estável, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e verifica-se uma distribuição equilibrada por género.-----
- A Câmara não tem dívidas em atraso, no sentido em que cumpre a Lei nº 8/2012.-----
- Regista-se também o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental, prevista na lei.-----
- Tem uma tesouraria / liquidez confortável, sem aparente necessidade imediata de recurso a endividamento.-----

No entanto, podemos identificar alguns aspetos negativos e de caráter crítico:-----

- Da análise à distribuição dos trabalhadores municipais por carreiras / categorias verifica-se que apesar de ter um total de 238 trabalhadores, não há nenhum Dirigente Intermédio, o que evidencia uma lacuna e fragilidade ao nível da estrutura hierárquica e uma organização pouco orientada para a valorização e desenvolvimento da carreira dos trabalhadores. Isto tem implicações muito práticas, nomeadamente na gestão do dia-a-dia, pois não havendo chefias intermédias suponho que todos os trabalhadores reportam ao executivo.-----
- Nas demonstrações orçamentais, podemos verificar que o total geral da receita arrecadada pelo Município foi 92,6% da receita prevista, com forte dependência financeira de transferências do Estado. Mas a taxa de execução da despesa total no ano de 2025 foi de apenas 74,6%, não tendo sido executados 6,8 milhões de euros, o que se agrava quando desagregamos por execução da despesa corrente e da despesa de capital. -----

As despesas correntes, que são as despesas necessárias para o regular funcionamento do dia-a-dia dos serviços municipais teve uma execução de 83,4%, mas a execução das despesas de capital, despesas associadas a investimentos que aumentam ou melhoram o património do Município com efeitos duradouros, foi de apenas 58,8%, ficando por executar 3,9 milhões de euros, que deviam ter sido usados em obras estruturais para melhorar a qualidade de vida dos Vinhaenses e de quem nos visita.-----

- Para além disso, estes valores demonstram uma estrutura de custos muito pesada da despesa corrente, que consome de forma significativa os recursos do Município e reduz a margem de manobra para políticas mais estruturantes e para investimento com verdadeiro efeito transformador.-----

Em suma, a despesa de capital, que é a despesa estruturante, que cria valor, para além de baixa execução fase ao orçamentado, tem um peso de apenas 28% do total da despesa.-----

- Quando passamos para a análise das Grandes Opções do Plano que é onde se definem as principais diretrizes de desenvolvimento estratégico da autarquia, podemos verificar que no ano de 2025 a execução da despesa prevista no âmbito destas Grandes Opções do Plano, foi de apenas 64,6%, ficando por executar 5,5 milhões de euros.-----

- Na execução do Plano Plurianual de Investimentos a taxa de execução agrava-se e as funções sociais foram as que menor execução tiveram, com uma taxa de execução de apenas 41%, estas funções incluem a educação, habitação e serviços coletivos (água, saneamento, ...) e serviços culturais, desportivos e recreativos, foi efetivamente gasto menos de metade do que tinha sido previsto gastar. Estes investimentos teriam valorizado a vida das pessoas, mas não foi feito.-----

- Da análise do Balanço e Demonstração de Resultados, verifica-se um ligeiro aumento do Ativo e de Património Líquido do Município, mas com um resultado líquido negativo do exercício de 2025, isto é, a Câmara registou um prejuízo de 1,15 milhões de euros, o que demonstra um fraco desempenho financeiro.-----

- A Certificação Legal de Contas apresenta uma “opinião com reserva”, o que é um sinal de que não se consegue fazer uma leitura totalmente transparente e com rigor das contas apresentadas no seguinte aspeto, que passo a citar: “o Município ainda não procedeu à inventariação e valorização dos bens do domínio público edificados anteriormente a 2003. Por não ser possível estimar o seu valor, apesar de estarmos convictos do seu efeito materialmente relevante na relevação dos ativos do Município, encontramos-nos limitados quanto à formação da nossa opinião sobre o valor desses ativos”.-----

- Assim, esta Prestação de Contas caracteriza-se por uma fraca execução orçamental, com a “sobra” de um saldo de gerência de 4,8 milhões de euros a ser integrado no orçamento do ano seguinte.-----

Dado que estes aspetos negativos aqui enumerados se sobrepõe aos positivos, a apreciação da Coligação AD – PSD/CDS aos documentos de prestação de contas é desfavorável.-----
Tomamos esta posição com plena consciência de que a deliberação tem natureza meramente apreciativa e opinativa, não correspondendo à aprovação ou rejeição jurídica das contas, competência que a lei reserva ao órgão executivo, nem prejudica a remessa das contas ao Tribunal de Contas, mas constitui um alerta político forte ao órgão executivo e um compromisso deste Grupo Municipal com a transparência, a exigência de uma informação mais completa e clara, a exigência de mais rigor na execução e gestão financeira e a defesa dos interesses do concelho de Vinhais.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento, cumprimentou novamente todos os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que não possui formação na área de contabilidade, razão pela qual não pretendeu efetuar uma análise excessivamente técnica dos documentos de prestação de contas. -----

Referiu igualmente que a documentação apresentada é extensa, com mais de duas centenas de páginas, considerando difícil proceder a uma análise exaustiva num curto espaço de tempo. ----

Ainda assim, entendeu dever deixar alguns alertas e reflexões que considerou relevantes, salientando que os mesmos são apresentados num espírito construtivo e de contributo para a melhoria da gestão municipal. -----

Começou por referir que o resultado líquido do exercício apresenta um valor negativo superior a um milhão de euros, observando que, do ponto de vista contabilístico, tal representa um resultado desfavorável para o Município. -----

Destacou ainda a questão da execução das despesas de capital, tema que afirmou já ter abordado em anteriores sessões da Assembleia Municipal. Considerou que o investimento constitui um fator essencial para o desenvolvimento económico e para a criação de riqueza, estabelecendo um paralelismo com a realidade empresarial, onde a renovação de equipamentos, infraestruturas e métodos de trabalho é fundamental para assegurar a competitividade e o crescimento. -----

Defendeu que o investimento público desempenha igualmente um papel transformador no desenvolvimento do concelho, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, para a criação de riqueza e para a atração e fixação de pessoas no território. -----

Neste contexto, referiu que a taxa de execução das despesas de capital se situou em cerca de 58%, valor que considerou insuficiente. Entendeu que seria desejável alcançar níveis de execução mais elevados, por forma a potenciar o impacto dos investimentos previstos e a concretizar de forma

mais eficaz os objetivos de desenvolvimento do concelho. -----

Referindo-se ao relatório do Revisor Oficial de Contas, salientou igualmente que o passivo registou um aumento de cerca de 14%, circunstância que, na sua interpretação, contribuiu para um agravamento dos indicadores de equilíbrio financeiro. -----

Considerou ainda que o Município deve reforçar a sua capacidade de captar financiamento comunitário, entendendo que os fundos europeus constituem um instrumento essencial para a concretização de investimentos estruturantes. Defendeu que, sem o recurso a estes mecanismos de financiamento, as possibilidades de realização de grandes projetos de desenvolvimento ficam significativamente limitadas. -----

Por fim, manifestou a convicção de que a melhoria da capacidade de acesso e execução de fundos comunitários poderá contribuir para a realização de investimentos transformadores, capazes de promover o crescimento económico, a criação de riqueza e a fixação de população no concelho.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que procedeu à leitura de uma intervenção sobre a avaliação financeira do Município, cujo teor se transcreve: -----

“1.ª Avaliação Financeira do estado do Município -----

O balanço é o mapa que espelha a situação financeira do Município e de qualquer entidade, pública ou privada, na medida em que os seus ativos representam os elementos patrimoniais onde foi aplicado o dinheiro e o passivo e os fundos próprios as origens que financiaram as aplicações nas aquisições de ativos. -----

Ora, verificando o balanço do Município à data de 31 de Dezembro de 2025, podem extrair-se as seguintes conclusões:-----

· O ativo líquido do município ascende a € 47.956.306,30, enquanto o passivo total é de € 4.519.053,48 e o património líquido (capital próprio) é de € 43.437.257,82, ou seja, o total do ativo é financiado em 9,4% por capitais alheios (passivo) e por 90,6% por capitais próprios (património líquido).-----

· Tal situação traduz uma imagem de um equilíbrio financeiro robusto, uma vez que o total do ativo está suportado, em mais de 90%, por fundos próprios;-----

· E, numa análise de curto prazo, verificamos que o ativo corrente ascende a 6.118.596,09 € e, desse ativo corrente, encontra-se em caixa e depósitos bancários 5.377.778,97 €, enquanto o passivo corrente ou de curto prazo é de € 2.783.146,84, sendo apenas € 716.090,64 empréstimos a liquidar no curto prazo (menos de um ano). Portanto, como facilmente se alcança, o município evidencia um equilíbrio financeiro

sólido, consubstanciado no facto de os depósitos bancários permitirem liquidar a totalidade do passivo corrente, bastando para tal pouco mais de 50% do valor desses depósitos em bancos.-----

- Quanto ao grau de endividamento municipal fazemos parte do grupo dos 50 municípios com menor grau de endividamento, uma vez que a dívida total do município, de acordo com a ficha da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) é de € 2.536.223,99 e o limite de endividamento municipal é de € 19.920.267,06, o que quer dizer que o grau de endividamento é de 12,7% e a margem de endividamento é de € 17.384.043, da qual pode ser utilizada, em 2026, € 6.952.355. -----
- De referir, ainda, que o prazo médio de pagamento do município aos seus credores é de 6 dias, ou seja, pagamos à vista ou a pronto. -----

2.º Avaliação económica do Município -----

No que concerne ao desempenho económico do município devemos analisar a demonstração de resultados, através da qual temos vários patamares de resultados, começando no resultado antes de depreciações e encargos financeiros e terminando no resultado líquido do período. De anotar que no agregado global dos gastos/custos surgem as depreciações, que resultam dos ativos fixos do município, ou seja, dos investimentos efetuados ao longo dos anos e que ascendem a € 41.143.706,07 e que são depreciables de acordo com o período da sua vida económica útil. Ora, tal circunstância, implica que anualmente sejam reconhecidas depreciações, que não sendo despesa, porque os investimentos já estão pagos, são um custo do exercício. Em 2025, as depreciações do ativo fixo foram de € 2.894.691,59. -----

Tendo por base este enquadramento é possível extrair as seguintes conclusões:-----

- O resultado antes de depreciações e encargos financeiros (juros) é de € 1.787.836,01 e os encargos financeiros são de € 43.322,90;-----
- O resultado líquido, por força das depreciações, é negativo em € 1.149.019,15, mas o cash-flow, ou meios libertos, é positivo em € 1.744.513,11 o que quer dizer que o autofinanciamento ou o património líquido do município foi reforçado nesse valor;-----
- Com efeito, o indicador que mede o desempenho económico numa entidade com a estrutura de um município é o Cash-Flow, porque evidencia os meios libertos pela atividade municipal e que concorrem para o autofinanciamento e a subsequente capitalização do Município.-----
- De referir ainda que os encargos financeiros ou juros, representam 0,27% do total dos proveitos e que diminuíram, em relação a 2024, 27%, o que traduz a redução do já baixo nível de endividamento do Município.-----

3.º Análise do desempenho orçamental-----

A análise do desempenho e equilíbrio orçamental encontra-se plasmada na conta de gerência ou na demonstração de fluxos de caixa, uma vez que na ótica orçamental o que releva é a relação entre as despesas e as receitas.-----

Considerando os aspetos que ponderam na execução orçamental pode-se concluir o seguinte:--

- O saldo de gerência em 31 de dezembro de 2025 era de € 5.377.778,97, desdobrado em € 4.815.614,12, proveniente de operações orçamentais, ou seja, cobrança de receita deduzida do pagamento de despesa e de € 562.164,85 de operações de tesouraria, maioritariamente proveniente de cauções. Portanto, em boa verdade, o valor do saldo da gerência deverá ser próximo do valor em caixa e depósitos bancários;*-----
- No decurso de 2025 foi executada despesa de € 20.009.805,71 e foi cobrada receita de € 24.825.419,83, o que se traduziu num saldo orçamental positivo (superavit) de 4.815.614,12 €, tal como atrás já referido.* -----
- Quanto à estrutura da receita e da despesa vale por dizer algo muito importante e que se traduz no facto de a receita corrente arrecadada ter sido de € 15.450.522,61, enquanto a despesa corrente executada foi de € 14.394.051,62, ou seja a receita foi superior à despesa em € 1.056.470,99, o que permitiu financiar despesas de capital (investimento) com receitas correntes, na medida em que as receitas de capital foram de € 4.237.882,85 e as despesas de capital (investimentos) foram de € 5.615.754,09, o que releva que o excedente da despesas de capital face às receitas de capital, no valor de € 1.377.871,24, que foi financiado com o excedente da receita corrente sobre a despesa corrente e no valor remanescente de € 321.400,25 através do saldo transitado da gerência anterior (2024).*-----
- Trata-se, portanto, de uma situação que reflete uma gestão orçamental rigorosa, que, para além de garantir o equilíbrio orçamental, liberta receitas correntes para financiar investimentos (despesas de capital) em mais de um milhão de euros.*-----

Por isso, meus caros deputados municipais e presidentes de junta, esta é a verdade inequívoca que ressalta dos números constantes da prestação de contas, a qual foi auditada e certificada, conforme certificação legal das contas que tendes em vosso poder, e tentar fazer “chincana” política com números não é sério e só contribui para viciar o debate político e limitar o dever de missão que deve mover quem anda na vida pública.” -----

Após análise e discussão dos documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município, referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, foram colocados à apreciação do órgão, tendo sido deliberado, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista e de todos os Senhores Presidentes da Junta e Uniões de Freguesia, à exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas que votou desfavoravelmente, bem como com 4 (quatro) votos desfavoráveis dos Senhores Deputados da bancada da AD - Coligação PSD/CDS e 6 (seis) abstenções do Grupo de Cidadão Eleitores “Pela Nossa Terra”, apreciar os referidos documentos, nos termos da alínea l), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação.-----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Miguel António Fernandes. -----

2.5.2 - PRORURIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VINHAIS, EM. -----

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da PRORURIS – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M., referentes ao exercício de dois mil e vinte e cinco, previamente remetidos a todos os Senhores Deputados, dos quais constam os seguintes resultados: -----

- Total do ativo.....	549.356,00 €-----
- Capital próprio	226.535,27 €-----
- Passivo.....	322.820,79 €-----
- Rendimentos.....	1.092.310,53 € -----
- Gastos	1.082.244,33 € -----
- Resultado líquido	10.066,20 € -----
- Imposto Sobre o Rendimento.....	- 2.193,29 €-----

De seguida solicitou a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira Morgado que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Renovo os cumprimentos que já apresentei. -----

Começo por relembrar que o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas da Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM, já estão aprovados pelos seus órgãos de gestão, a sua Administração e a sua Assembleia Geral, como é da sua responsabilidade. -----

Cabe à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, um papel predominantemente de supervisão política e acompanhamento, mais do que de fiscalização executiva. -----

Assim, cabendo-nos fazer essa apreciação, vamos fazê-lo pelo menos em termos macro e estratégicos, dos principais indicadores da empresa e da respetiva evolução. -----

No que respeita aos resultados apresentados, a Proruris encerrou o exercício de 2025 com resultado líquido positivo de cerca de 10 mil euros, embora inferior ao verificado em 2024, de 12 mil euros. -----

O ativo total cresceu para 549 mil euros, impulsionado sobretudo pelo aumento das disponibilidades de caixa para 349 mil euros, suportadas, designadamente, por 476 mil euros de subsídios e 131 mil euros de prestações de serviços ao Município. -----

Na estrutura de rendimentos podemos verificar que a dependência de subsídios à exploração se agrava, passando de um peso de 42% em 2024 do total de rendimentos, para 45,6% em 2025.---

Registamos um aumento significativo das despesas, em particular dos gastos com pessoal, que passaram de 543 mil euros em 2024 para 657 mil euros em 2025, traduzindo um acréscimo de cerca de 21%.-----

O crescimento do passivo para 323 mil euros, incluindo uma provisão judicial de 156,6 mil euros, circunstância que consideramos merecedora de especial atenção, dado que era uma anotação de anteriores relatórios do Auditor Externo.-----

Lembramos ainda que no quadro do regime jurídico do setor empresarial local, importa atender aos critérios legais de viabilidade previstos no artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, designadamente os indicadores relacionados com a cobertura de gastos por vendas e prestações de serviços e com o peso dos subsídios à exploração, recordando que a lei estabelece limites cuja ultrapassagem pode determinar a obrigatoriedade de dissolução da empresa. Contudo, nesta matéria, os indicadores apresentados não revelam situação desfavorável que suscite reservas quanto ao cumprimento desses parâmetros legais, mas alertamos para o seu acompanhamento.-----

Atendendo à degradação da situação económico financeira, a apreciação da AD – Coligação PSD/CDS aos documentos de prestação de contas da Proruris é desfavorável.”-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento referiu que a questão já havia sido abordada anteriormente, esclarecendo que a preocupação manifestada não constitui alarmismo, mas antes uma análise realista da situação, com o objetivo de prevenir eventuais consequências negativas. -----

Salientou a importância da empresa municipal Proruris para o concelho, considerando essencial preservar a sua atividade, reforçar as suas valências e continuar a melhorar os serviços prestados, nomeadamente aos agricultores. -----

Explicou que a preocupação decorre do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece que as vendas de bens e prestações de serviços devem assegurar, pelo menos, 50% do total das receitas da empresa. Referiu ainda que, caso este requisito não seja cumprido durante três exercícios consecutivos, a empresa poderá ficar sujeita a dissolução nos termos da lei. -----

Sublinhou que nenhum dos presentes deseja que tal situação ocorra, motivo pelo qual considera importante alertar para o problema e promover uma reflexão conjunta sobre as soluções a adotar. Acrescentou que a sua perspetiva não é a de ignorar as dificuldades, mas sim a de contribuir para a melhoria da situação. -----

Neste contexto, questionou quais as medidas que a Câmara Municipal, na qualidade de entidade pública participante, prevê implementar para aumentar as receitas próprias da Proruris, designadamente através do reforço dos serviços prestados aos agricultores, da criação de novas valências no Parque Biológico ou de outras iniciativas que permitam incrementar as receitas provenientes da sua atividade, reduzindo a dependência das transferências municipais. -----

Concluiu reiterando que a intervenção teve como único objetivo chamar a atenção para esta matéria e contribuir para a procura de soluções que garantam a sustentabilidade futura da empresa. -----

Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para agradecer as intervenções e as preocupações manifestadas pelos Senhores Deputados, afirmando concordar com a importância da Proruris para o concelho. -----

Recordou que já havia abordado a temática das empresas municipais na sua intervenção anterior, referindo que, embora a Proruris e a Carnes de Vinhais apresentem realidades financeiras distintas, importa analisar cada situação de forma objetiva e realista. -----

Salientou que a relevância da Proruris é amplamente reconhecida, não apenas pelos serviços que presta, mas também pelo contributo que dá à fixação de pessoas no território, através dos postos de trabalho que assegura. Referiu não ter qualquer dificuldade em reconhecer essa importância, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social. -----

Relativamente às preocupações apresentadas, considerou legítimo que existam e que devam ser acompanhadas com atenção. No entanto, esclareceu que, neste momento, a empresa não se encontra na situação de incumprimento que foi referida, embora isso não dispense a necessidade de monitorização permanente. -----

Explicou ainda que o aumento do passivo verificado nas contas está relacionado com a constituição de provisões associadas a um processo judicial, situação que não existia anteriormente e que teve impacto direto naquele indicador. -----

Destacou, por outro lado, que as receitas da empresa registaram um aumento de cerca de € 100.000,00 (cem mil euros) relativamente ao ano anterior, resultante do crescimento dos serviços prestados, quer no âmbito do setor primário e da agricultura, quer das atividades desenvolvidas no Parque Biológico. Considerou este crescimento significativo e demonstrativo do trabalho que tem vindo a ser realizado. -----

Acrescentou que o objetivo passa por continuar a reforçar as receitas próprias da empresa, reconhecendo, contudo, que tal não elimina a necessidade de manter uma atitude prudente e atenta à evolução dos indicadores financeiros. Sublinhou que a preocupação existe e que o trabalho desenvolvido visa precisamente garantir a sustentabilidade futura da Proruris. -----

Referiu igualmente que os projetos e parcerias em curso entre o Município e a empresa têm como finalidade reforçar a sua capacidade de gerar receita, aspeto que considerou fundamental. Recordou que o apoio municipal está sujeito aos limites legalmente estabelecidos, não podendo ultrapassar determinados patamares sem colocar em causa o enquadramento legal da empresa. -

Concluiu afirmando que o Município pretende continuar a desenvolver esse trabalho de valorização e fortalecimento da Proruris, mantendo uma gestão atenta e responsável, tendo sempre presente a importância que a empresa representa para os agricultores, para os seus trabalhadores e para o concelho em geral. -----

Após análise e discussão dos documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão, referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, foram colocados à apreciação do órgão, tendo sido deliberado, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista e de todos os Senhores Presidentes da Junta e União de Freguesia, à exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas que votou desfavoravelmente, bem como com 4 (quatro) votos desfavoráveis dos Senhores Deputados da bancada da AD - Coligação PSD/CDS e 6 (seis) abstenções do Grupo de Cidadão Eleitores “Pela Nossa Terra”, apreciar os referidos documentos, nos termos da alínea l), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação.-----

Regressou novamente à sala o Senhor Deputado Miguel António Fernandes. -----

2.5.3 – CARNES DE VINHAIS – SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNE, EM. SA. -----

Foram presentes os documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carne, E.M.S.A., referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, previamente enviados a todos os Senhores Deputados, que apresentam os resultados seguintes: -----

- Total do ativo.....	144.580,05 €-----
- Capital próprio	- 13.129,51 €-----
Passivo.....	157.709,56 €-----
- Rendimentos.....	222.445,43 € -----
- Gastos	197.175,43 € -----
- Resultado líquido	- 84.433,46 € -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que procedeu a uma breve apresentação do documento em análise relativo à empresa Carnes de Vinhais. -----

Referiu que, tal como já havia sido mencionado em intervenções anteriores, a realidade desta empresa é distinta da verificada na Proruris, sendo do conhecimento geral as dificuldades financeiras que tem enfrentado. Salientou que esta situação não constitui novidade para ninguém e decorre de fatores que já foram amplamente debatidos em anteriores reuniões e sessões dos órgãos municipais. -----

Apesar dessas dificuldades, destacou a importância estratégica da empresa para o concelho, sobretudo pela sua forte ligação ao setor do fumeiro, uma das atividades económicas mais emblemáticas do território. -----

Acrescentou que os desafios enfrentados pela empresa não são exclusivos da sua realidade, mas antes comuns à generalidade dos matadouros da região. Referiu, inclusivamente, que algumas dessas estruturas já encerraram atividade, o que não aconteceu no caso do matadouro de Vinhais, cuja manutenção tem exigido um esforço significativo. -----

Indicou que a sustentabilidade da empresa passa necessariamente pelo aumento das receitas. Nesse âmbito, salientou que, na sequência do encerramento do matadouro do Cachão, se tem verificado um aumento da atividade de abate no matadouro de Vinhais. -----

Contudo, considerou que será necessário continuar a reforçar esse crescimento, através da captação de novos clientes e do desenvolvimento de outras valências e serviços que contribuam para uma situação financeira mais equilibrada e confortável. -----

Reconheceu que a empresa atravessa dificuldades, situação que já havia sido abordada, nomeadamente na última sessão da Assembleia Municipal, considerando que não faz sentido ocultar essa realidade. Ainda assim, reiterou a relevância da empresa para o concelho, sublinhando que todos os presentes conhecem bem a importância que esta representa para a economia local e para o setor agroalimentar do município. -----

Concluiu reafirmando o compromisso do Município em continuar a acompanhar a situação da empresa e a procurar soluções que contribuam para a sua sustentabilidade futura. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento para, em primeiro lugar, efetuar uma correção à intervenção anterior do Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que o matadouro do Cachão não se encontra encerrado, mas sim numa situação de insolvência, mantendo ainda a sua atividade. Acrescentou, contudo, que a situação poderá evoluir para um eventual encerramento, embora tal ainda não tenha ocorrido. -----

Relativamente à empresa Carnes de Vinhais, considerou que esta enfrenta uma situação particularmente complexa, exigindo o contributo e o empenho de todos na procura de soluções que permitam ultrapassar as dificuldades existentes. -----

Destacou a importância da empresa para o concelho, nomeadamente para os produtores pecuários, para os operadores económicos ligados à comercialização de carne e para toda a cadeia de valor associada ao setor. Referiu ainda que a atividade desenvolvida pela empresa assume relevância para a economia local e para a população em geral. -----

Salientou que, no exercício em análise, a empresa apresentou um resultado líquido negativo de aproximadamente € 84.000,00 (oitenta e quatro mil euros), tendo registado igualmente um resultado negativo de cerca de € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros) no exercício anterior. Considerou estes números preocupantes, recordando que, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a verificação de três resultados líquidos negativos consecutivos pode determinar a dissolução da empresa. -----

Sublinhou que nenhum dos presentes deseja que tal cenário se concretize, defendendo a necessidade de encontrar soluções que permitam inverter a tendência e assegurar que o exercício em curso apresente um resultado positivo, garantindo assim a continuidade da empresa. -----

Referiu ainda que o contexto atual poderá representar uma oportunidade para a Carnes de Vinhais, atendendo ao facto de o matadouro de Bragança se encontrar temporariamente encerrado para obras e de o matadouro do Cachão atravessar uma situação de insolvência. Considerou que estas circunstâncias poderão permitir um aumento do volume de prestação de serviços e da atividade desenvolvida pela empresa. -----

Nesse sentido, questionou quais as medidas que estão a ser adotadas para captar novos clientes e aumentar a atividade do matadouro. -----

Perguntou igualmente se a Câmara Municipal já dispõe de uma estratégia ou de projetos concretos para aproveitar esta conjuntura favorável e contribuir para a melhoria dos resultados da empresa. -----

Concluiu manifestando a esperança de que sejam encontradas soluções eficazes que permitam inverter os resultados negativos e assegurar a sobrevivência e sustentabilidade futura da empresa Carnes de Vinhais, objetivo que considerou ser comum a todos os intervenientes. -----

De seguida solicitou a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira Morgado que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Renovo os cumprimentos que anteriormente apresentei. -----

Mais uma vez refiro que o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas da Carne de Vinhais, Sociedade de Abate e Transformação de Carne EM, já estão aprovados pelos seus órgãos de gestão, a sua Administração e a sua Assembleia Geral, como é da sua responsabilidade. -----

Cabe à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, um papel predominantemente de supervisão política e acompanhamento, mais do que de fiscalização executiva.-----

Assim, dentro do nosso papel vamos fazer uma apreciação dos principais indicadores económico-financeiros da empresa, suficientemente consistente para sustentar uma posição responsável sobre as contas em apreciação, como a lei exige.-----

A empresa Carne de Vinhais encerrou o exercício de 2025 com prejuízo de 84 mil euros, mais gravoso que o resultado negativo de 36 mil euros registado em 2024, circunstância que revela uma deterioração da situação económico-financeira.-----

O ativo total diminuiu para 145 mil euros, com as disponibilidades de tesouraria a reduzirem-se para 41 mil euros, enquanto as vendas registaram uma quebra de cerca de 14%, fixando-se em 114 mil euros, e temos os 108 mil euros de subsídios provenientes do Município, valor que representa quase metade das receitas da empresa.-----

Do lado dos custos, há um aumento dos gastos com pessoal, que ascenderam a 189 mil euros, traduzindo um acréscimo de cerca de 8%, bem como o aumento dos fornecimentos e serviços externos para 99 mil euros, mais 27% face ao exercício anterior.-----

Estas circunstâncias fizeram com que o capital próprio passasse em 2025 a apresentar valor negativo de 13 mil euros. Em 2024 o Capital Próprio ainda era positivo em 34 mil euros.-----

Estes números evidenciam uma situação muito preocupante, que suscita sérias reservas quanto à sustentabilidade do atual modelo de exploração, tanto mais que o regime jurídico do setor empresarial local impõe exigências de viabilidade e sustentabilidade que não podem ser ignoradas, designadamente quanto à excessiva dependência de transferências correntes e ao equilíbrio económico da atividade.-----

Como facilmente se conclui, neste contexto, o modelo de exploração do Matadouro carece de reavaliação urgente, com maior controlo de custos, diversificação de receitas e ponderação séria de soluções estruturais que permitam inverter a tendência atual.-----

Reiteramos mais uma vez, a importância da existência de ambas as empresas municipais para os Vinhaenses na prossecução de objetivos de divulgação e valorização dos recursos naturais e do apoio prestado aos agricultores e outros utilizadores. No entanto, continuamos a constatar a ausência de uma Estratégia de Médio e Longo Prazo que garanta a respetiva sustentabilidade.---

Atendendo à degradação da situação económico financeira, a apreciação da Coligação AD – PSD/CDS aos documentos de prestação de contas da Proruris é desfavorável.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva, o mesmo renovou cumprimentos e referiu que a sua intervenção tinha como objetivo prestar um esclarecimento que considerou útil para os trabalhos da Assembleia Municipal e para o apoio à Mesa. -----

Informou que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte) emitiu uma nota técnica relativa à apreciação dos documentos de prestação de contas das autarquias locais. -----

Nesse contexto, esclareceu que a posição da bancada da AD – Coligação PSD/CDS não correspondia a um voto contra, mas sim a uma apreciação desfavorável dos documentos em análise. Acrescentou que, de acordo com a referida nota técnica da CCDR-Norte, a Assembleia Municipal deveria proceder à apreciação dos documentos de prestação de contas através de uma apreciação favorável ou desfavorável, não estando prevista a figura da abstenção neste tipo de deliberação. -----

Informou ainda que entregava uma cópia do referido documento à Mesa, com o objetivo de auxiliar os respetivos serviços na correta redação da ata e prevenir eventuais constrangimentos processuais. -----

Por fim, aproveitou a oportunidade para assinalar um lapso anteriormente ocorrido durante os trabalhos, referindo que a sua bancada se mantém atenta ao desenrolar da sessão. A este propósito, fez referência a uma expressão anteriormente utilizada por António Costa, em 2022, mencionando que se tratava de uma citação do então líder do Partido Socialista. -----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

Começou por se referir à observação efetuada pelo Senhor Deputado Carlos Silva relativamente à expressão anteriormente mencionada, reconhecendo que a mesma foi utilizada pelo então Primeiro-Ministro António Costa e amplamente divulgada na comunicação social. Acrescentou, contudo, que a mesma expressão foi posteriormente utilizada pelo Líder Parlamentar do PSD, Hugo Soares, num contexto diferente, considerando que, nesse caso, a sua utilização se revelou adequada às circunstâncias em que foi proferida. -----

Retomando o tema em discussão, relativo à empresa Carnes de Vinhais, afirmou não existir qualquer intenção de ocultar a realidade financeira da empresa, defendendo que é necessário reconhecer, com humildade e sentido de responsabilidade, as dificuldades que esta enfrenta. Salientou, porém, que todos os intervenientes também reconhecem a importância estratégica da empresa para o concelho. -----

Referiu que as dificuldades atualmente existentes resultam de diversos fatores já amplamente debatidos em anteriores sessões, acrescentando que, no imediato, as possibilidades de atuação passam essencialmente pela redução de custos e pelo aumento das receitas. -----

Relativamente ao aumento dos encargos com pessoal, esclareceu que o mesmo decorreu exclusivamente das atualizações salariais legalmente obrigatórias, considerando tratar-se de uma medida justa e necessária para valorizar e compensar os trabalhadores. -----

Quanto às medidas destinadas a melhorar a situação financeira da empresa, referiu que já se verifica um aumento do número de abates realizados, resultado, em parte, das circunstâncias atualmente vividas por outros matadouros da região. Destacou, em particular, o encerramento temporário do matadouro de Bragança para obras e a situação de insolvência do matadouro do Cachão, fatores que têm permitido captar novos clientes e aumentar a atividade desenvolvida em Vinhais. -----

Acrescentou que esse esforço de captação de clientes continuará a ser uma das principais prioridades, uma vez que representa a forma mais imediata de reforçar as receitas da empresa. Relativamente à criação de novas valências ou de novas fontes de receita, reconheceu que se trata de um objetivo desejável, mas cuja concretização exige tempo, planeamento e investimento, não sendo possível alcançar resultados imediatos nessa matéria. -----

Referiu ainda que a redução de custos continuará a ser analisada sempre que possível, embora existam despesas cuja diminuição é limitada por fatores externos, nomeadamente o aumento dos custos dos combustíveis, da energia e de outros encargos de funcionamento. -----

Sublinhou igualmente que a empresa desempenha um papel fundamental no apoio ao setor agropecuário local e que a sua manutenção é importante para a economia do município. Nesse sentido, apelou à colaboração de todos na divulgação e promoção dos serviços prestados pelo matadouro, contribuindo para a captação de novos clientes e para o reforço da sua atividade. ---

Concluiu afirmando que a situação da empresa é efetivamente exigente e que o presente exercício assume particular relevância, tendo em conta o enquadramento legal aplicável às empresas municipais e a necessidade de evitar a ocorrência de três exercícios consecutivos com resultados negativos. -----

Reiterou, por isso, o compromisso do Município em desenvolver todos os esforços necessários para garantir a continuidade e sustentabilidade da empresa Carnes de Vinhais. -----

Após análise e discussão dos documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão, referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco, foram colocados à apreciação do órgão, tendo sido deliberado, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista e de todos os Senhores Presidentes da Junta e Uniões de Freguesia, à exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas que votou desfavoravelmente, bem como com 4 (quatro) votos desfavoráveis dos Senhores Deputados da bancada da AD - Coligação PSD/CDS e 6 (seis) abstenções do Grupo de Cidadão Eleitores “Pela Nossa Terra”, apreciar os referidos documentos, nos termos da alínea l), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação.-----

2.6 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL.-----

Presente ao órgão deliberativo uma informação da Coordenadora Técnica do Núcleo de Contabilidade, Aprovisionamento, Património e Armazéns, Maria de Lurdes, cujo teor é o seguinte: -----

“Considerando que: -----

O saldo de gerência do ano anterior pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçamentada do ano seguinte, o que implica a elaboração de uma Modificação ao Orçamento Municipal, conforme estabelecido nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 que se mantem em vigor por força do artigo 17 n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro. Neste sentido o Núcleo de Contabilidade procedeu à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal do ano de 2026 para integração do saldo de gerência de execução orçamental do ano de 2025 no valor de 4.815.614,12 € (quatro milhões oitocentos e quinze mil seiscentos e catorze euros e doze cêntimos). -----

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proceder à aprovação da Modificação Orçamental. -----

Compete ainda à Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar os documentos da prestação de contas e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----

De seguida solicitou a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira Morgado que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Mais uma vez renovo os cumprimentos.-----

Relativamente a este ponto da 1ª revisão ao Orçamento Municipal, recebemos um documento técnico com meia página, no qual é apresentada a fundamentação legal que justifica ter de afetar ao orçamento de 2026 o saldo de gerência resultante da execução orçamental de 2025.-----

Contudo, não nos foram transmitidas quaisquer opções de gestão relativas à afetação desse saldo de gerência. Caso essas opções existam, não foram disponibilizadas a esta Assembleia.-----

Importa sublinhar que está em causa um montante muito significativo, no valor de 4,8 milhões de euros, o que representa cerca de 20% do orçamento inicial de 2026, sem que tenha sido apresentada uma explicação clara quanto aos critérios subjacentes à sua distribuição.-----

Pela análise dos quadros apresentados, onde se mostra como foi matematicamente feita a distribuição, podemos ver que foram distribuídos por todas ou quase todas as rubricas do orçamento, mas na maioria por despesa corrente.-----

Colocam-se, por isso, várias questões relevantes: que fundamentos presidiram a esta opção de distribuição? Havia rubricas com falta de dotação orçamental, que justifiquem este reforço? Havia saldo de gerência consignado, isto é, já afecto a algum financiamento ou projeto em curso? Ou todo saldo de gerência era livre? -----

Recorde-se que o saldo de gerência pode ser utilizado para financiar investimento, cobrir compromissos já assumidos, reforçar dotações insuficientes ou reduzir necessidades de endividamento, sempre no respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.-----

É, por isso, motivo de preocupação que uma revisão orçamental desta dimensão, lembro que é a afetação de 4,8 milhões de euros, seja submetida a esta Assembleia sem um enquadramento político consistente e devidamente fundamentado. Existia a oportunidade de reforçar com mais relevância a despesa de capital, que é aquela que gera valor e promove o desenvolvimento, e de proceder a uma utilização estratégica de um saldo tão expressivo em prol do desenvolvimento económico do concelho. Essa opção, contudo, não foi seguida.-----
Costuma dizer-se que “quando não sabemos para onde ir, qualquer caminho serve” e é esta ausência de rumo estratégico que, infelizmente, esta revisão orçamental evidencia, apostando em despesa corrente e não em despesa de investimento.” -----

Tomou a palavra o Senhor Deputado Francisco José Rio do Sacramento para se pronunciar sobre a revisão orçamental em apreciação. -----

Referiu que, da análise efetuada, resulta que existiu um montante de cerca de 4,8 milhões de euros de despesa prevista que não foi executada durante o exercício anterior. Considerou que esta situação poderá refletir uma execução orçamental abaixo do desejável, ressalvando, contudo, que uma taxa de execução de 100% é difícil de alcançar devido à existência de imprevistos e condicionantes que podem surgir ao longo do ano. -----

Mais disse que a não execução daquela verba poderá também estar relacionada com a ausência ou atraso na concretização de projetos e iniciativas que permitissem a sua aplicação, salientando que a realização de despesa pública exige a existência de projetos devidamente definidos e enquadrados. -----

Relativamente à distribuição das verbas constantes da modificação orçamental, referiu que uma parte significativa do montante em causa parece estar afeto à aquisição de bens e serviços, incluindo rubricas como prémios, condecorações e ofertas, bem como serviços especializados. Acrescentou que outra parcela se destina a despesas com pessoal. -----

Destacou ainda que apenas cerca de € 968.000,00 (novecentos e sessenta e oito mil euros), correspondentes aproximadamente a 20% do montante global considerado, se destinam a despesas de capital. Considerou esta percentagem reduzida, defendendo que o investimento em capital constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e para o crescimento sustentável do concelho. -----

Afirmou que tem vindo a sublinhar esta preocupação em sucessivas sessões da Assembleia Municipal, por entender que o investimento produtivo e gerador de riqueza deve assumir um papel central na estratégia de desenvolvimento local. -----

Nesse sentido, manifestou a sua preocupação pelo facto de a parcela destinada a despesas de capital lhe parecer insuficiente face ao montante global da modificação orçamental em análise. -

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para agradecer as intervenções efetuadas pelos Senhores Deputados. -----

Começou por se referir à intervenção do Senhor Deputado Francisco Sacramento, afirmando que, tal como o próprio tem o direito de enfatizar determinadas matérias que considera relevantes, também o Senhor Deputado tem toda a legitimidade para insistir nas questões relacionadas com o investimento em capital e com a sua importância para o desenvolvimento económico. Sublinhou que essa liberdade de intervenção e de expressão das diferentes perspetivas constitui um princípio fundamental do funcionamento democrático da Assembleia Municipal. -----

Relativamente à questão do saldo orçamental transitado para o exercício em curso, esclareceu que uma parte significativa desse montante resulta de investimentos e obras que não foram executados durante o ano anterior, apesar de já se encontrarem adjudicados ou em fase avançada de preparação. Explicou que os atrasos verificados decorreram, em muitos casos, de questões processuais relacionadas com procedimentos concursais, candidaturas e outros trâmites administrativos. -----

Referiu, a título de exemplo, algumas intervenções previstas na rede de estradas municipais, bem como outros investimentos associados a candidaturas em curso, cujas verbas transitam para o presente exercício para permitir a sua concretização. -----

Acrescentou que a revisão orçamental contempla igualmente o reforço de diversas rubricas de despesa, acompanhando a execução dos projetos previstos para o corrente ano. Considerou, por isso, que a transição de verbas não deve ser interpretada apenas como um sinal de não execução, mas também como uma consequência da calendarização e concretização dos investimentos municipais. -----

Relativamente às observações efetuadas pela Senhora Deputada Isabel Morgado sobre a afetação das verbas, reconheceu que poderão existir diferentes perspetivas e opções quanto às prioridades orçamentais. Salientou, contudo, que o Executivo segue uma estratégia própria, que considera ser a mais adequada para responder às necessidades do concelho e concretizar os objetivos definidos para o mandato. -----

Concluiu reiterando que respeita integralmente as posições e propostas das restantes bancadas, ainda que possam divergir das opções assumidas pelo Executivo, considerando que essa diversidade de opiniões é natural e legítima no âmbito do debate democrático. -----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado, por maioria e em minuta, aprovar a integração do saldo da gerência de execução orçamental do exercício de 2025, no montante de € 4.815.614,12 (quatro milhões, oitocentos e quinze mil, seiscentos e catorze euros e doze cêntimos). -----

Mais foi deliberado, por maioria e em minuta, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no montante de € 4.815.614,12 (quatro milhões, oitocentos e quinze mil, seiscentos e catorze euros e doze cêntimos), bem como a 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, de igual montante, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

A proposta foi aprovada, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados da bancada do Partido Socialista e de todos os Senhores Presidentes da Junta e União de Freguesia, à exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penhas Juntas que se absteve, bem como com 6 (seis) votos contra dos Senhores Deputados do Grupo de Cidadãos Eleitores “Pela Nossa Terra” e com 4 (quatro) abstenções da bancada da AD – Coligação PSD/CDS. -----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado Miguel António Fernandes. -----

2.7 – PRORURIS - EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VINHAIS, EM - NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.-----

Foi presente ao Órgão Deliberativo a proposta aprovada, por unanimidade, em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia vinte de abril do corrente ano, visando a designação da sociedade Fernando Peixinho, José Lima & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para o exercício das funções de Fiscal Único da PRORURIS – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, E.M., para o triénio de dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito. -----

Após análise do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com a designação da empresa Fernando Peixinho, José Lima & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.ª para fiscal único da empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EM, nos termos do n.º 3, do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012,

de 31 de agosto, na sua atual redação, para o período de dois mil e vinte e seis até dezembro de dois mil e vinte e oito. -----

Regressou à sala o Senhor Deputado Miguel António Fernandes. -----

2.8 – MUNICÍPIO DE VINHAIS - NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS.-----

Foi presente ao Órgão Deliberativo uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa à aquisição de serviços para efeitos de certificação legal de contas por um Revisor Oficial de Contas, aprovada pelo Órgão Executivo, na reunião realizada no dia vinte de abril de dois mil e vinte e seis, cujo teor se transcreve: -----

“1 - Conforme determina o n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º. 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção do regime completo de contabilidade, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal de contas e parecer sobre as mesmas apresentadas pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de Contas; -----

2 - No n.º. 1, do artigo 77º, do diploma citado, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisão oficiais de contas;

3 – O disposto no artigo 76º, do Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, foi adjudicada a contratação da prestação de serviços para auditor externo e revisão legal de contas a entidade Fernando Peixinho & José Lima. SRC,LDA com o NIF 502 410 267, nos termos da alínea c), do n.º.1, do artigo 20º, do citado diploma; -----

4 – Para que seja efetiva a contratação e seja celebrado o contrato deverá a Assembleia Municipal nomear a entidade acima referida como Auditor Externo do Município; -----

5 – Neste sentido proponho à Câmara Municipal conforme o disposto no n.º. 1, do artigo 77º, da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que delibere: -----

- a) Propor à Assembleia Municipal a nomeação do Auditor Externo, designadamente Fernando Peixinho & José Lima. SRC,LDA, responsável pela Certificação Legal de Contas Individuais e Consolidadas do Município de Vinhais, para o período de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2029.” -----

Após análise do assunto, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, concordar com o proposto e designar para Revisor Oficial de Contas do Município de Vinhais, para o período de um de abril de dois mil e vinte e seis a trinta e um de março de dois mil e vinte e nove, a Sociedade de Revisores, Fernando Peixinho & José Lima – Sociedade de Revisores e Oficiais de Contas, Ld.^a.-

2.9 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA DO MUNICÍPIO DE VINHAIS:-----

2.9.1 – AUTORIZAR A CONCESSÃO E APROVAR AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.-

Foram presentes ao Órgão Deliberativo as peças do procedimento relativas à concessão do direito de exploração do quiosque da Praça do Município, designadamente o Caderno de Encargos e o Programa do Concurso, acompanhadas de informação subscrita pela Técnica Superior Jurista, Marlene Barreira. -----

Os referidos documentos foram aprovados por unanimidade em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia vinte de abril de dois mil e vinte e seis. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva, o qual renovou cumprimentos, e relativamente ao ponto em apreciação, manifestou a preocupação de que o regulamento de concessão venha a salvaguardar adequadamente as condições de utilização do espaço, de forma a evitar a sua descaracterização, à semelhança do que, na sua opinião, ocorreu em anos anteriores. -----

Nesse sentido, sugeriu que o equipamento físico afeto ao funcionamento do quiosque, bem como o respetivo mobiliário, pudesse ser propriedade da autarquia, evitando que a sua instalação e utilização ficassem dependentes de entidades patrocinadoras ou de interesses comerciais específicos. -----

Considerou ainda que a solução apresentada contribuiria para assegurar uma maior uniformidade estética e funcional do espaço público, bem como preservar a sua dignidade e valorização, atendendo à importância da Praça para a imagem e vivência do concelho. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as peças do procedimento, designadamente o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso, bem como autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos para a concessão do direito de exploração do quiosque da Praça do Município de Vinhais, nos termos da alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2.10 – APOIOS:-----

2.10.1 - JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE VINHAIS.-----

Presente ao Órgão Deliberativo uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião do Órgão Executivo, realizada no dia vinte de abril do corrente ano, cujo teor é o seguinte:-----

“Considerando que: -----

- ✓ A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;-----
- ✓ No artigo 38.º do mencionado diploma legal, sob a epígrafe “Novas competências dos órgãos das freguesias” estão elencadas as competências a descentralizar da Administração Direta do Estado para os órgãos das freguesias, a saber, instalação e gestão dos espaços cidadão em articulação com a rede nacional de lojas de cidadão e com os municípios, bem como aquelas que são transferidas pelos municípios nos domínios da gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, entre outras;-----
- ✓ O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, veio concretizar a transferência das competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelecendo os princípios a que a mesma está sujeita;-----
- ✓ A assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, não deliberou manter no âmbito de intervenção do município as competências referidas no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, tendo sido as mesmas transferidas, automaticamente, para os órgãos das freguesias;-----
- ✓ Atualmente, a gestão e manutenção de espaços verdes, bem como a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros é competência dos órgãos das freguesias; -----
- ✓ Os órgãos das freguesias nem sempre dispõem de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento das competências supra mencionadas;-----
- ✓ Na transferência de recursos financeiros para o cumprimento das competências deve ser tida em linha de conta a natureza e a dimensão das freguesias, considerando a respetiva população e capacidade de execução, sendo diferenciadas em função destes dois fatores;-

- ✓ Nos termos da alínea j) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.-----

Face aos considerandos supra, e ao abrigo do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e para efeitos do previsto na alínea j) do número 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, propõe-se ao órgão executivo que delibere aprovar, bem como submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:-----

- a) A atribuição de um apoio financeiro às freguesias e uniões de freguesias do concelho de Vinhais, no valor total de **€ 300.000,00 (trezentos mil euros)**, para concretização das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, sendo atribuído, tendo em conta os critérios exarados no ANEXO, que faz parte integrante da presente proposta, a saber: -----

- 20%, distribuído de igual forma por todas as freguesias;-----
- 50%, tendo em conta a área total da freguesia ou união de freguesias (valor apurado com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP);-----
- 30%, atendendo à população residente (número apurado pelos Censos de 2021).-

A celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Vinhais e as Freguesias/Uniões de Freguesia, nos termos da minuta anexa à presente Proposta e que dela faz parte integrante.-----

Esta despesa tem cabimento na Rubrica 04050102 do Orçamento Municipal e 2023 A 10 no Plano de Atividades Municipal em vigor.” -----

ANEXO

Freguesias	20%	Área 702 Km2		Habitantes		TOTAL +1.91€ *
	300 000,00 €	50% x 300000		30%*300000		
	60 000,00 €	150000 / 694,72 =215,91/Km2		90000/7768 =11,58/Hab		
	2 307,69 €	Área Freg	euros	Censos 2021	euros	
Agrochão	2 307,69 €	17,49	3 776,27 €	220	2 547,60 €	8 633,47 €
Candedo	2 307,69 €	21,44	4 629,11 €	289	3 346,62 €	10 285,33 €
Celas	2 307,69 €	37,88	8 178,67 €	189	2 188,62 €	12 676,89 €
Edral	2 307,69 €	26,16	5 648,21 €	170	1 968,60 €	9 926,41 €
Edrosa	2 307,69 €	21,81	4 709,00 €	139	1 609,62 €	8 628,22 €
Ervedosa	2 307,69 €	30,15	6 509,69 €	331	3 832,98 €	12 652,27 €
Paçó	2 307,69 €	16,67	3 599,22 €	154	1 783,32 €	7 692,14 €
Penhas Juntas	2 307,69 €	26,35	5 689,23 €	260	3 010,80 €	11 009,63 €
Rebordelo	2 307,69 €	21,07	4 549,22 €	605	7 005,90 €	13 864,72 €
Santalha	2 307,69 €	29,04	6 270,03 €	188	2 177,04 €	10 756,67 €

Tuizelo	2 307,69 €	31,35	6 768,78 €	296	3 427,68 €	12 506,06 €
Vale das Fontes	2 307,69 €	17,76	3 834,56 €	262	3 033,96 €	9 178,12 €
Vila Boa de Ousilhão	2 307,69 €	8,28	1 787,73 €	138	1 598,04 €	5 695,37 €
Vila Verde	2 307,69 €	14,88	3 212,74 €	151	1 748,58 €	7 270,92 €
Vilar de Ossos	2 307,69 €	17,70	3 821,61 €	222	2 570,76 €	8 701,97 €
Vilar de Peregrinos	2 307,69 €	15,99	3 452,40 €	134	1 551,72 €	7 313,72 €
Vilar Seco de Lomba	2 307,69 €	22,32	4 819,11 €	186	2 153,88 €	9 282,59 €
Vinhais	2 307,69 €	32,01	6 911,28 €	2 185	25 302,30 €	34 523,14 €
U. F. de Curopos e Vale de Janeiro	2 307,69 €	36,20	7 815,94 €	245	2 837,10 €	12 962,64 €
U. F. de Moimenta e Montouto	2 307,69 €	43,35	9 359,70 €	219	2 536,02 €	14 205,32 €
U. F. de Nunes e Ousilhão	2 307,69 €	21,49	4 639,91 €	197	2 281,26 €	9 230,77 €
U.F. de Quirás e Pinheiro Novo	2 307,69 €	59,19	12 779,71 €	203	2 350,74 €	17 440,05 €
U. F. de Sobreiro de Baixo e Alvaredos	2 307,69 €	26,79	5 784,23 €	275	3 184,50 €	11 278,33 €
U. F. de Soeira, Fresulfe e Mofreita	2 307,69 €	46,67	10 076,52 €	157	1 818,06 €	14 204,18 €
U. F. de Travanca e Santa Cruz	2 307,69 €	23,20	5 009,11 €	146	1 690,68 €	9 009,39 €
U. F. de Vilar de Lomba e São Jomil	2 307,69 €	29,48	6 365,03 €	207	2 397,06 €	11 071,69 €
TOTAL	59 999,94 €	694,72	149 997,00 €	7768	89 953,44 €	300 000,00 €

299 950,38
€

* 300000 - 299950,38 =
49,62
* 49,92/26 = 1,91

A referida proposta vinha acompanhada da minuta do protocolo, cujo teor é o seguinte: -----

“Protocolo de cooperação

ENTRE: -----

MUNICÍPIO DE VINHAIS, pessoa coletiva de direito público com o número 501 156 003, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua das Freiras, n.º 13, 5320-326 Vinhais, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vinhais, **Luís dos Santos Fernandes**, portador do cartão de cidadão n.º 06375081 3zx4, válido até 19/06/20230 e do contribuinte fiscal n.º 176 019 510, com poderes para o ato, nos termos previstos na alínea f), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, doravante designado por **Primeiro Contraente ou Município**. -----

E -----

JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS _____, entidade equiparada a pessoa coletiva número _____, com sede em _____, neste ato representado por _____, titular do contribuinte fiscal n.º _____, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de _____ doravante designado por **Junta de Freguesia ou Segunda Contraente**; -----

É acordado e livremente celebrado o presente Protocolo de Colaboração, o qual se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira

Objeto

O presente protocolo tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Município de Vinhais para a Junta de Freguesia de _____, para a concretização da gestão e manutenção de espaços verdes, bem como a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, nos termos das alíneas a) e b), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação. -----

Cláusula Segunda

Objetivo

O presente protocolo tem como objetivo apoiar as Juntas de Freguesia no cumprimento das suas finalidades, reconhecendo que nem sempre dispõem de meios financeiros suficientes para desenvolver as atividades indispensáveis à prossecução da sua missão. -----

Cláusula Terceira

Critérios de Atribuição do Apoio

1 - Na transferência de recursos financeiros para o cumprimento das competências identificadas na Cláusula Primeira é tida em linha de conta a natureza e a dimensão das freguesias, considerando a respetiva população e capacidade de execução, sendo diferenciadas em função destes dois fatores. -----

2 - A atribuição do apoio financeiro às freguesias e uniões de freguesias do concelho de Vinhais, no valor total de € 300.000,00 (trezentos mil euros), será atribuído, tendo em conta os critérios exarados no Anexo, que faz parte integrante do presente Protocolo, a saber: ----20%, distribuído de igual forma por todas as freguesias; -----

- 50%, tendo em conta a área total da freguesia ou união de freguesias (valor apurado com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP); -----
- 30%, atendendo à população residente (número apurado pelos Censos de 2021).

Cláusula Quarta

Obrigações do Primeiro Contraente

O Primeiro Contraente obriga-se a transferir para a Segunda Contraente o montante total de € _____, a efetuar de uma só vez, mediante prévio cabimento orçamental. -----

Cláusula Quinta

Obrigações da Segunda Contraente

1 – A Segunda Contraente deverá facultar ao Município todas as informações e elementos necessários ao cumprimento dos termos do presente protocolo. -----

2 - É da exclusiva responsabilidade da Segunda Contraente a gestão das verbas consignadas no presente protocolo, de acordo com o objetivo enunciado. -----

3 - A Segunda Contraente compromete-se a apresentar à Primeira Contraente até ao final do mês de dezembro de 2026, um relatório com a explicitação dos resultados alcançados, mencionando todas as atividades, no âmbito das competências identificadas na Cláusula Primeira, que foram implementadas ou executadas com o apoio atribuído pelo Município de Vinhais. -----

Cláusula Sexta

Revisão ao Protocolo

O presente protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, sempre que tal se revele estritamente necessário, ou, unilateralmente pelo Primeiro Contraente, em caso de imposição legal ou de ponderoso interesse público. -----

Cláusula Sétima

Denúncia, Incumprimento, Resolução e Sanções

1 - Qualquer das partes pode proceder à denúncia do presente protocolo, mediante comunicação escrita, com uma antecedência mínima de 90 dias, com fundamento em razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas. -----

2 - O incumprimento, pela Segunda Contraente, das obrigações previstas no presente protocolo constitui fundamento para a sua resolução imediata pelo Primeiro Contraente, implicando a devolução dos montantes recebidos, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil nos termos legais. -----

Cláusula Oitava

Vigência do Protocolo

O presente protocolo produz efeitos a partir data da sua assinatura e vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovado por igual período. -----

Cláusula Nona

Disposições Finais

1 - As dúvidas emergentes da interpretação do presente Protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes. -----

2 – Na falta de acordo, as mesmas serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Vinhais. -----

O presente Protocolo mostra-se redigido em 2 (duas) vias, ficando um exemplar, devidamente assinado por ambos os Contraentes, tendo cada um deles o valor de original. -----
Tendo tomado inteiro conhecimento do mesmo, os Contraentes, na qualidade que outorgam, aceitam e obrigam-se ao cumprimento do presente Protocolo, por o mesmo traduzir a sua vontade.” -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Senhor Presidente da Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Presidentes de Junta, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Colaboradores, -----

Público-----

A proposta que hoje discutimos, no valor de 300 mil euros, enquadra-se num mecanismo que o Município tem vindo a utilizar em exercícios anteriores, assumindo uma natureza complementar às transferências financeiras da Administração Central associadas à transferência de competências para as Juntas e Uniãos de Freguesia.-----

Importa reconhecer que este apoio não decorre de uma obrigação legal direta, mas resulta de uma opção política do Município, destinada a reforçar a capacidade das freguesias no exercício de competências de proximidade. Do nosso ponto de vista, trata-se de um princípio que merece concordância, na medida em que contribui para uma resposta mais eficaz às necessidades das populações.-----

Contudo, enquanto bancada da oposição, entendemos ser nosso dever sublinhar que qualquer reforço adicional de recursos financeiros municipais deve ser acompanhado por uma exigência acrescida de acompanhamento, avaliação e prestação de contas.-----

O próprio modelo de protocolo apresentado pelo executivo prevê mecanismos nesse sentido, nomeadamente a obrigação de apresentação de relatórios sobre os resultados alcançados e as atividades desenvolvidas com recurso a este apoio. Para nós, é fundamental que estas cláusulas não sejam meramente formais, mas efetivamente aplicadas, garantindo transparência, rigor e boa gestão dos dinheiros públicos.-----

Nesse contexto, questionamos o Senhor Presidente: quantos relatórios foram efetivamente entregues em 2025?-----

Que resultados foram alcançados e que atividades foram desenvolvidas ao abrigo destes apoios? Sublinhar esta necessidade não significa colocar em causa a utilidade dos apoios às freguesias, mas antes contribuir de forma construtiva para que estes instrumentos sejam cada vez mais eficazes e devidamente legitimados perante os municípios.-----

Acrescentamos ainda que a atual fórmula de cálculo deste apoio é, em certa medida, “cega”: garante equidade formal entre todos, mas levanta a questão de saber se será verdadeiramente justa. Uma avaliação assente nos resultados obtidos e nas atividades desenvolvidas poderá permitir, no futuro, reforçar os apoios às Juntas e Uniões de Freguesia mais proativas e eficientes, reforço esse que esta bancada estará disponível para viabilizar, valorizando o compromisso efetivo com as populações.-----

É, pois, neste espírito de oposição responsável e construtiva, reconhecendo a importância do apoio às freguesias, mas exigindo simultaneamente rigor no seu acompanhamento, que manifestamos o nosso voto favorável, com a expectativa de que as regras previstas sejam escrupulosamente cumpridas.”-----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a intervenção anteriormente efetuada. -----

Relativamente ao apoio às Juntas e Uniões de Freguesia, referiu que os procedimentos se encontram devidamente previstos em regulamento, o qual estabelece as regras aplicáveis à atribuição e utilização dos apoios. -----

Acrescentou que, para além do enquadramento regulamentar existente, importa também reconhecer o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, sublinhando que estas têm pautado a sua atuação por princípios de transparência, responsabilidade e rigor na gestão dos recursos que lhes são atribuídos. -----

Manifestou a sua confiança de que as verbas disponibilizadas serão aplicadas de forma correta e em conformidade com os objetivos definidos, à semelhança do que, no seu entendimento, tem acontecido ao longo dos últimos anos. -----

Concluiu reafirmando a importância do cumprimento das normas estabelecidas e da manutenção de uma gestão transparente e responsável na utilização dos recursos públicos. -----

Após análise e discussão do assunto em causa, foi deliberado, por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor € 300.000,00 (trezentos mil euros), às Juntas e Uniões de Freguesia, distribuído conforme o Anexo que integra a proposta, bem como aprovar a minuta do protocolo transcrita, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ausentou-se da sala o Senhor Deputado José Romeu Vila Diegues.-----

2.10.2 – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOIMENTA E MONTOUTO.-----

Foi presente ao Órgão Deliberativo um ofício subscrito pelo Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Moimenta e Montouto, através do qual solicita a atribuição de um apoio financeiro no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), destinado a custear as despesas com a realização da XXXI Edição da Feira Franca, a realizar nos dias vinte e cinco e vinte e seis de abril, na Moimenta, pedido que foi aprovado, por unanimidade e em minuta, pelo Órgão Executivo, na reunião realizada no dia um de abril de dois mil e vinte e seis. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Carlos Daniel Fernandes da Silva que leu uma intervenção, cujo teor é o seguinte: -----

“Senhor Presidente da Mesa, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhores Vereadores, -----

Senhores Presidentes de Junta, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Senhores Colaboradores, -----

Público-----

A Bancada da AD - Coligação PSD/CDS retoma uma preocupação que tem vindo a manifestar desde o início do mandato e que se mantém plenamente atual: a necessidade de o Município dispor de um regulamento municipal de apoio às juntas de freguesia e às associações, que assegure maior transparência, rigor, previsibilidade e igualdade de tratamento na atribuição destes apoios, evitando decisões excessivamente casuísticas.-----

No caso concreto da Feira Franca da Moimenta, estamos perante um evento com larga tradição, com mais de três décadas de realização, de reconhecida relevância local e regional, cuja

concretização tem contado, ao longo dos anos, com o apoio fundamental da Câmara Municipal. Precisamente por essa importância e continuidade, entendemos que este apoio já não deveria ser tratado como pontual, fazendo sentido que seja enquadrado de forma mais estruturada, seja através de dotação própria no orçamento municipal, seja mediante um protocolo estável que assegure previsibilidade, estabilidade e seriedade ao modelo de apoio. -----

Assinalamos, contudo, que os pedidos apresentados continuam a revelar insuficiente clareza, designadamente pela conjugação, no mesmo pedido, de despesas associadas à organização do evento com referências a obras, sem uma discriminação objetiva que permita compreender a estrutura real do apoio solicitado. Acresce o caricato de que o ofício apresentado reproduz integralmente o do ano anterior, sem atualização relevante, o que dificulta uma apreciação rigorosa, transparente e fundamentada do montante proposto. A apresentação de um valor global, sem orçamento detalhado, não permite avaliar com a seriedade exigível a natureza e a justificação da participação municipal. -----

Importa ainda atender ao impacto destes apoios no orçamento municipal, tendo em conta que a verba global destinada a transferências para as juntas de freguesia é limitada e rapidamente comprometida, o que reforça a necessidade de programação anual clara e da definição de critérios objetivos na atribuição dos apoios.-----

A posição desta Bancada não coloca em causa a relevância do evento nem a legitimidade do apoio municipal, mas afirma uma exigência de coerência, transparência, rigor e boa gestão dos recursos públicos, princípios que devem orientar a atuação do Município, tanto mais quando esta Assembleia se pronuncia sobre um evento já realizado.-----

É neste quadro de oposição responsável e construtiva que reconhecemos a importância do apoio às freguesias e manifestamos o nosso voto favorável, reiterando, porém, a necessidade de avançar com o regulamento municipal e de assegurar, no futuro, uma apreciação mais estruturada, fundamentada e previsível deste tipo de pedidos.-----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para reiterar a posição anteriormente expressa, incluindo a que já havia transmitido em reunião de Câmara. -----

Referiu que, no seu entendimento, a existência de regulamento municipal, por si só, não é o fator determinante para garantir maior justiça, transparência ou rigor na atribuição dos apoios às Juntas e Uniões de Freguesia, sublinhando que tais princípios já são assegurados na prática da gestão municipal. -----

Salientou que os apoios atribuídos às Juntas e Uniões de Freguesia têm sido objeto de articulação e diálogo com todas as entidades envolvidas, sendo os pedidos analisados e tratados de forma igualitária e transparente, em conjunto com os respetivos representantes. -----

Acrescentou que, no seu entender, não está em causa a existência ou não de regulamento, tratando-se de uma opção de enquadramento administrativo, a qual não deve ser interpretada como fator de desconfiança relativamente à gestão pública, quer do Município, quer das Juntas de Freguesia. -----

Reforçou que a forma como os apoios têm sido atribuídos não levanta, na sua perspetiva, qualquer dúvida quanto à transparência e à boa gestão dos recursos públicos. -----

Por fim, referiu que, no caso concreto em análise, valoriza positivamente o facto de o evento “Feira Franca da Moimenta” apresentar, no presente ano, uma melhoria relativamente à edição do ano anterior, considerando esse aspeto o mais relevante a destacar. -----

Após análise e discussão do assunto, foi deliberado por unanimidade e em minuta, atribuir um apoio financeiro no valor de vinte e cinco mil euros (€ 25.000,00), para custear as referidas despesas, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Entrou novamente na sala o Senhor Deputado José Romeu Vila Diegues.-----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, às dezanove horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e por mim, Patrícia Martins Canteiro, na qualidade de trabalhadora do Município, como apoio à presente Mesa.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(José Carlos Taveira)

1.º Secretário da Assembleia Municipal,

(Manuel Luís Pinto Castanheira)

2.ª Secretária da Assembleia Municipal,

(Maria de Lourdes de Freitas)

A Trabalhadora do Município,

(Patrícia Martins Canteiro)